

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR

**PORTUGAL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO**

Ana Carolina Neves Marnoto

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria

Relatório de Estágio Curricular especialmente elaborado para obtenção de grau de Mestre em
História, na área de especialização em História das Relações Internacionais

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR

**PORTUGAL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO**

Ana Carolina Neves Marnoto

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria

Relatório de Estágio Curricular elaborado para obtenção de grau de Mestre em História, na
área de especialização em História das Relações Internacionais

2017

Dedicatória

À minha Avó, Maria do Rosário.

O presente relatório é dedicado a uma pessoa muito especial na minha vida e na minha formação como ser humano. Infelizmente, quis Deus levá-la cedo demais para junto d'Ele.

A minha Avó foi como uma mãe para mim, pois deu-me todo o seu amor, carinho, amizade, cumplicidade e afeto como uma mãe tem para com a sua filha.

AGRADECIMENTOS

Ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP. e à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por, em conformidade, me proporcionarem um Estágio Curricular, no âmbito do Mestrado em História, área de especialização História das Relações Internacionais;

Ao Drº Sérgio Guimarães, Chefe de Divisão da DASC, e à Drª Paula Lopes, Chefe de Divisão da DAM, que me integraram, por completo, nas suas equipas e me colocaram à vontade para qualquer situação a nível profissional. Agradeço ainda toda a sua disponibilidade e simpatia aquando me recebeu na Instituição assim como ao longo do estágio;

Às equipas da DASC e da DAM, por me terem recebido tão carinhosamente, de me colocarem à vontade para o que quer que sucedesse e de terem a paciência de me explicarem e falarem de conceitos ou opiniões que de certa forma desencadeavam debates/conversas no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária;

À Professora Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria, por todo o apoio, paciência e conselhos dados ao longo do Mestrado e por me ter permitido estagiar numa Instituição tão nobre como o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP., acreditando que me desenvolveria autonomamente enquanto pessoa assim como profissional;

À minha amiga Jéssica Carvalho Ferreira, a amiga de todas as horas. Obrigada pela paciência e pelo apoio dado no decorrer do estágio bem como na fase de redação do presente relatório;

À equipa do Feeling Berlenga, obrigada pela amizade, pelo apoio, pelo incentivo e pela força transmitida durante a composição deste relatório;

Ao meu Avô, Tios e Primos, agradeço todo o amor, carinho e apoio, não só nesta etapa do meu percurso académico, assim como, na Licenciatura e em outras ocasiões da minha vida;

Por último, e porque os últimos são sempre os primeiros, aos meus pais. À minha Mãe, agradeço a dedicação e o cuidado em transmitir força para que nunca desistisse. Ao meu Pai, agradeço a segurança transmitida ao saber que não estou sozinha nesta fase da minha vida académica. Agradeço a ambos todo o amor, carinho, apoio e dedicação. Obrigada por todos os vossos ensinamentos e por acreditarem em mim e nas minhas capacidades de chegar onde cheguei e de me incentivarem a ir mais além do que os meus conhecimentos.

RESUMO

Este relatório reflete a atividade prática de estágio curricular, no âmbito do Mestrado em História, com especialização em História das Relações Internacionais. Centra-se no papel de Portugal nas Organizações Internacionais no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, evidenciando o estágio concretizado no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, descrevendo-se detalhadamente as atividades realizadas entre janeiro e março de 2017.

Este estágio foi uma oportunidade de entrar em contato com o mercado de trabalho, de forma a complementar e aperfeiçoar as competências sócio-profissionais através da sua ligação com o sistema educativo e o contato com o mercado de trabalho. Saliente-se que o relatório de estágio destina-se não só a descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio mas, igualmente, a apresentar um enquadramento do trabalho realizado com todo o conhecimento adquirido no decorrer da Licenciatura e do Mestrado. Assim o tema do presente relatório foca, essencialmente, o papel de “Portugal nas Organizações Internacionais para a Cooperação e Desenvolvimento”.

ABSTRACT

This report reflects the practical activity of curricular internship, within the scope of the Master in History, with specialization in History of International Relations. It focuses on the role of Portugal in International Organizations in the field of Cooperation for Development, highlighting the stage achieved in Camões - Institute of Cooperation and Language, describing in detail the activities carried out between January and March 2017.

This internship was an opportunity to get in touch with the job market, in order to complement and improve the socio-professional competences through its connection with the education system and the contact with the job market. It should be noted that the internship report is intended not only to describe the activities developed during the internship but also to present a framework of the work carried out with all the knowledge acquired during the course of the Bachelor's and Master's degree. Thus the theme of this report focuses essentially on the role of "Portugal in International Organizations for Cooperation and Development".

ÍNDICE GERAL

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - DA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL AO INSTITUTO CAMÕES	
1. Evolução Histórica.....	16
2. O Instituto Camões.....	23
3. Áreas de Atuação do Camões, IP.....	24
4. Cronologia.....	26
CAPÍTULO II – A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)	
1. Antecedentes Históricos da CPLP.....	30
2. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	33
3. A problemática do alargamento da CPLP.....	44
CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR	
1. Contextualização.....	47
2. Cronograma das Atividades realizadas.....	47
3. Descrição da Atividade Prática de Estágio Curricular.....	48
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS.....	72
WEBGRAFIA.....	73
ANEXOS	
ANEXO I – Lei n.º 66/98 de 14 de outubro, que aprova o Estatuto das ONGD.....	74
ANEXO II – Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	81

ANEXO III – <i>Template</i> de Informação de Serviço de Reconhecimento como ONGD.....	94
ANEXO IV – <i>Template</i> de Informação de Serviço de Renovação de Estatuto como ONGD.....	97
ANEXO V – Regras/Critérios de Cofinanciamento da análise de Projetos da Linha de Educação para o Desenvolvimento.....	100
ANEXO VI – Critérios de Elegibilidade das ONGD candidatas à Linha PeD.....	106
ANEXO VI – Grelha de Análise dos Projetos.....	107
ANEXO VI – Mapeamento das Estratégias Setoriais da CPLP.....	114

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Camões, IP – Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP

CCEF – Comissão Coordenação das negociações nos domínios Económico e Financeiro

CD – Conselho Diretivo

CEE – Comunidade Económica Europeia

CE-CPLP – Conferência Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CONP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesa

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DAM – Divisão de Assuntos Multilaterais

DASC – Divisão de Apoio à Sociedade Civil

DGC – Direção Geral da Cooperação

DSC – Direção de Serviços de Cooperação

ECG – Educação para a Cidadania Global

ECREEE – Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética

ED – Educação para o Desenvolvimento

ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESEVC – Escola Superior de Educação de Viana do Castelo

FCE – Fundo para a Cooperação Económica

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

GAA – Gabinete de Avaliação e Auditoria

GCC – Gabinete Coordenador da Cooperação

GDC – Gabinete de Documentação e Comunicação

GENE – Global Education Network Europe

GPAC – Gabinete de Programas e Acordos Culturais

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

IAC – Instituto de Alta Cultura/ Instituto para a Alta Cultura

IC – Instituto Camões

ICALP – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

ICAP – Instituto de Cultura Portuguesa

ICE – Instituto da Cooperação Económica

ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa

INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica

INII – Instituto Nacional de Investigação Industrial

IP – Instituto Público

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

JEN – Junta de Educação Nacional

JNE – Junta Nacional de Educação

JOE – Junta de Orientação de Estudos

MEC – Ministério da Educação e Ciência

MFA – Movimento das Forças Armadas

MNE – Ministérios dos Negócios Estrangeiros

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não-Governamental

ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PIPOL – Projetos Internacionais em Parceria com Organizações Locais

PPONGD – Plataforma Portuguesa das ONGD

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Projetos PeD – Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento

PROMER – Programa de Promoção de Mercados Rurais

PRONEA – Programa Nacional de Extensão Agrária

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

O conteúdo deste relatório reflete não só o meu interesse pela ação socio-cultural e humanitária desenvolvida nos países em desenvolvimento, nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) mas, também um pouco da aprendizagem que adquiri ao longo da minha Licenciatura em Estudos Africanos.

Os termos “cooperação” e “desenvolvimento” surgiram, verdadeiramente, na minha formação académica quando me foi dada a oportunidade de realizar o Estágio Curricular, no âmbito da Licenciatura, no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP. Perante a realidade dos países em desenvolvimento, que me foi dada a conhecer pelos Técnicos Superiores da DASC que têm já muita experiência no terreno e que aprofundei quando tive que analisar um projeto de Cooperação para o Desenvolvimento do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) soube que o que queria fazer era estar nos “bastidores” – análise – da implementação de projetos que visassem a melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas.

O presente relatório de estágio é elaborado no âmbito da Unidade Curricular de Estágio Curricular, com vista à conclusão do Mestrado em História, na área de especialização em História das Relações Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O estágio foi desenvolvido no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, na Direcção de Serviços da Cooperação (Divisão de Apoio à Sociedade Civil e Divisão de Assuntos Multilaterais), durante três meses, entre janeiro e março de 2017.

O Camões, IP, nasce, em 2012, da união entre o IC e o IPAD, sendo um instituto público, com independência administrativa, financeira e de património, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e coadjuvado pelos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Assuntos Europeus bem como das Comunidades Portuguesas.

A missão do Instituto Camões passa por propor e executar políticas de cooperação internacional, coordenar e auxiliar em atividades de cooperação desenvolvidas por outros organismos públicos, promover e divulgar a língua e cultura portuguesa no estrangeiro, assegurar a gestão da rede de ensino português no estrangeiro, a nível básico, secundário e superior e promover a internacionalização da cultura portuguesa.



Ilustração 1 – Palacete de Seixas, sede do Camões, IP.

A instituição localiza-se na Avenida da Liberdade, em Lisboa, onde quem assume a presidência é a Sr.^a Professora Doutora Ana Paula Laborinho, e o Sr. Dr. Gonçalo Teles Gomes a vice-presidência. O Conselho Diretivo (CD) é ainda composto por duas vogais, a Sr.^a Dr.^a Maria Gabriela Albergaria e a Sr.^a Dr.^a Maria Irene Paredes que têm a competência sobre as questões da Língua e da Cultura, e Gestão do Instituto, respetivamente.



Ilustração 2 – Professora Doutora Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões, IP.



Ilustração 3 – Dr. Gonçalo Teles Gomes, Vice-Presidente do Camões, IP.

O relatório está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo representa a descrição, as atribuições e a organização do Camões, IP bem como toda a sua evolução histórica desde a Junta de Educação Nacional até ao presente, fazendo-se acompanhar de uma cronologia para cada uma das instituições que, outrora, tiveram um grande impacto a nível cultural fora de Portugal.

O segundo capítulo do presente relatório evidencia a origem e os antecentes históricos da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) assim como os seus princípios orientadores e as suas questões problemáticas a nível de alargamento da mesma Comunidade.

O terceiro capítulo retrata a atividade de estágio desenvolvida na entidade acolhedora anteriormente referida, passando por duas divisões com trabalhos diferentes, embora, com o mesmo propósito: a cooperação. Foram desenvolvidos trabalhos de análise de projetos de Cooperação e de Educação para o Desenvolvimento, análise de candidaturas a requererem o Estatuto de Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, mapeamento de eventos ocorridos e que ocorrerão no âmbito da CPLP e, não menos importante que as demais atividades, a participação na XXXIV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

No final deste relatório, em anexo, incluí um conjunto de documentos fundamentais para a realização das atividades no estágio, nomeadamente o último deles, um mapeamento das Estratégias Setoriais da CPLP, que concretizei a pedido dos meus superiores no Instituto Camões, de modo a ajudar na organização das reuniões Ministeriais, das estratégias setoriais e dos programas financiados por Portugal.

CAPÍTULO I – DA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL AO INSTITUTO CAMÕES

1. Evolução Histórica

A história do Instituto Camões e das entidades que o precederam reflete o enorme património histórico e documental que está relacionado com as primeiras transformações científicas, tecnológicas, culturais, artísticas, políticas e económicas de Portugal no decorrer do século XX.¹

O Instituto Camões é um dos mais “importantes organismos de apoio financeiro e material à investigação científica, ao desenvolvimento cultural, ao aperfeiçoamento artístico e às relações científicas e culturais com o estrangeiro.”²

A conceção de um organismo que visasse o apoio ao desenvolvimento científico nasceu em Portugal no âmbito da reforma universitária de 1911, elaborada pela primeira República Portuguesa. Com a euforia da reforma universitária, em Portugal, desencadearam-se propostas de projetos no âmbito da promoção da ciência e da cultura, protagonizados por cientistas, engenheiros, pedagogos e políticos³. No contexto dos projetos anteriormente referidos, destaca-se a Junta de Orientação de Estudos (JOE)⁴, que se iria integrar no Ministério da Instrução Pública como um organismo técnico permanente. No entanto, com a precariedade política da primeira República não foi viável a implementação do projeto e, no decorrer do ano de 1924, a JOE ainda não operava. Com a queda do regime, em 28 de maio de 1926, o processo de implementação da JOE foi suspenso.

¹ Ver Cronologia no final do Capítulo I.

² Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

³ Ver Jornal das Letras, *Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/en/institutional/publications/jornal-de-letras-pt/6713-da-junta-de-educacao-nacional-ao-instituto-camoes>

⁴ Ver Decreto n.º 9332, de 29 de dezembro de 1923.

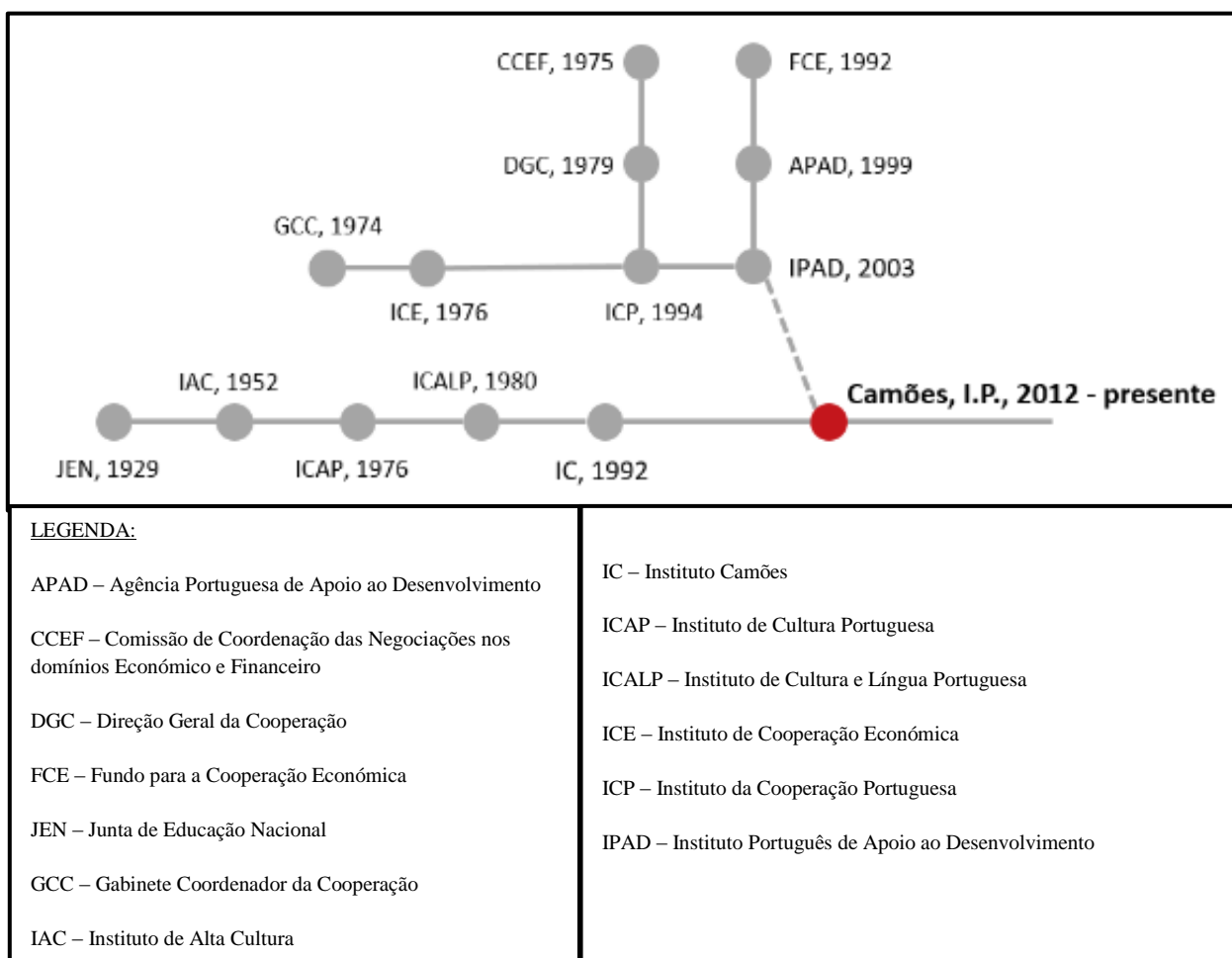


Ilustração 6 – Linha Temporal/ Fonte: Camões, IP.

Após a implantação da ditadura militar⁵, a conceção da Junta de Educação Nacional (JEN), em substituição da JOE, foi um plano de Gustavo Cordeiro Ramos⁶, o então Ministro da Instrução Pública do governo ditatorial presidido pelo General José Vicente de Freitas, em 1929. A JEN⁷ viria a ser concebida no mesmo ano, sendo uma entidade permanente e autónoma, agregada ao Ministério da Instrução Pública, cujas funções passavam pelo melhoramento e auxílio a instituições destinadas a trabalho de investigação e propaganda científica, organizando bolsas de estudo e promovendo o intercâmbio cultural bem como a expansão da língua e cultura portuguesa.

⁵ Que teve início com a publicação, em 16 de Novembro de 1926, de um decreto ditatorial que nomeou o general Carmona para presidente da República, interinamente. Após a dissolução do parlamento, os militares ocuparam as posições principais nos órgãos de governação.

⁶ Gustavo Cordeiro Ramos foi um filólogo e professor universitário. Foi um grande entusiasta a nível cultural e educacional.

⁷ Ver Decreto n.º 16381 de 16 de janeiro de 1929.

De acordo com Gustavo Cordeiro Ramos, os objetivos de origem da JEN seriam o de acabar com o isolamento que afastou Portugal do “convívio íntimo e permanente com os mais autorizados centros de cultura no estrangeiro, condição imprescindível do levantamento do nível mental da Nação, aproveitando o que lá de fora nos poderia interessar, sobretudo nos métodos de investigação e nas esferas da actividade científica, em que o nosso atraso técnico se mostrasse mais acentuado”⁸ assim como o de proporcionar meios de trabalho aos estudantes, “facilitando-lhes o aperfeiçoamento, a expansão e propaganda séria do seu labor, não só internamente, mas extra-muros pátrios, como pioneiros e promotores da cultura universal.”⁹

A instituição abriu caminho à projecção de um conjunto de medidas de auxílio à investigação científica, ao aperfeiçoamento artístico e à expansão da língua e cultura portuguesas. Sendo este último a prioridade, o ensino da língua e literatura portuguesas foram adotadas estratégias de acesso às academias estrangeiras pela função política a que as mesmas estariam associadas – “o conhecimento da língua de um país é o mais poderoso elemento da sua propaganda e da valorização da sua cultura.”¹⁰

Ao invés das anteriores tentativas, que jamais tiveram qualquer apoio político, a JEN obteve sempre membros da confiança política da ditadura nacional e do Estado Novo. A JEN foi dotada de um regulamento¹¹ que abrangia a fixação de delegações do mesmo organismo em Coimbra e no Porto. O interesse político pelo funcionamento deste organismo era bem visível, manifestando-se, sucessivamente, as diversas alterações e adições no seu regime jurídico.¹²

De acordo com os seus objetivos, a JEN produziu um quadro de apoio à investigação que seguiu um plano que contemplava a atribuição de bolsas em Portugal e no estrangeiro, subsídios a centros de estudo, laboratórios e publicações, formando investigadores, proporcionando-lhes “meios de trabalho e, posteriormente, colocá-los em condições de

⁸ RAMOS, Gustavo Cordeiro, *Objectivos da Criação da Junta de Educação Nacional (Actual Instituto para a Alta Cultura). Alguns aspectos do seu labor*. Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 7-8.

⁹ RAMOS, Gustavo Cordeiro, *Objectivos da Criação da Junta de Educação Nacional (Actual Instituto para a Alta Cultura). Alguns aspectos do seu labor*. Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 7-8.

¹⁰ Junta de Educação Nacional. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1931-1932*, Tip. da Seara Nova, Lisboa, 1933.

¹¹ Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 17037, de 26 de junho de 1929.

¹² Ver Decreto n.º 17456, de 14 de outubro de 1929; Decreto n.º 19552, de 1 de abril de 1931; Decreto n.º 20352, de 26 de setembro de 1931.

poderem consagrar à investigação a maior parte, senão a totalidade do seu tempo e das suas forças.”¹³

A formação de uma pedagogia de desenvolvimento da investigação científica foi a prioridade da JEN. A presidência da Junta pertencia ao médico Marck Athias¹⁴, o primeiro responsável no arranque de funções da mesma. Em 1934, Marck Athias foi substituído por Celestino da Costa¹⁵. Identicamente, Francisco Leite Pinto¹⁶ auxiliou desde a primeira fase a história da JEN.

A história da JEN ficou marcada pelo “alargamento de competência e pela intensificação do apoio a bolseiros investigadores, nomeadamente pela sua devida integração em centro de investigação, quando concluídos os estágios fora do país, e o respetivo apetrechamento material e de recursos desses mesmos centros.”¹⁷ Posto isto, foi através da JEN que se deu início à atribuição anual de bolsas de estudo e de investigação a estudantes, investigadores, engenheiros, músicos, pintores e professores bem como, a cedência de subvenções a leitorados de português que estivessem matriculados em Universidade estrangeiras e a criação de turmas em que aprendessem a língua portuguesa.

A JEN tinha como objetivo a sua própria modernização cultural, pedagógica e científica, assim como o apoio à formação de professores, à preparação pedagógica e técnica para não docentes e, claramente, à propaganda da língua e da cultura portuguesa através do ensino e do intercâmbio cultural científico.

Com a finalização do processo de estabilização do Estado Novo, assinalado pela aprovação da Constituição Portuguesa de 1933 e com a afirmação ideológica do nacionalismo e do corporativismo do mesmo regime procedeu-se a reforma do sistema científico, cultural e educativo de acordo com a Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, elaborada sob a direção de Carneiro Pacheco¹⁸. Determinaram-se assim as bases jurídicas da ação do Estado Novo no que respeita à ciência, cultura, desporto, educação e juventude.

¹³ TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*. Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, p. 12.

¹⁴ Marck Athias foi Presidente da JEN entre 1931 e 1934 e Diretor do Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa.

¹⁵ Celestino da Costa era formado em Medicina e terá sido aclamado Presidente da JEN de 1934 a 1936 e, posteriormente, Presidente do IAC de 1936 a 1942.

¹⁶ Engenheiro e Geógrafo.

¹⁷ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

¹⁸ O então Ministro da Instrução Pública.

É o Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936, que extingue a JEN e o seu artigo 11.º estrutura o Instituto para a Alta Cultura (IAC), rótulo que este organismo conservou até ao ano de 1952, quando a sua denominação foi alterada para Instituto de Alta Cultura.

O IAC viria a integrar a 7.ª seção da Junta Nacional de Educação (JNE), agregada ao Ministério de Instrução Pública, e onde se fazia sentir o espírito centralizador do Estado Novo. No mesmo ano da sua criação, o IAC em colaboração com JNE, diligenciaram o contato com instituições europeias¹⁹ para a promoção e cooperação em intercâmbios científicos e culturais.

No panorama internacional, a II Guerra Mundial marcou a história do IAC, verificando-se inúmeras complexidades financeiras, incertezas políticas e o “regresso dos bolseiros que estagiavam fora do país, acabaria por beneficiar o apoio a bolseiros e centros de investigação portugueses.”²⁰

A nível de competências, o IAC oferecia bolsas de estudos aos estudiosos dentro e fora de Portugal, subvenções a centros de investigação científica, estudantes, professores e investigadores, apoio aos centros de Leitorados, “serviço de Educação Artística, serviço de inventariação da bibliografia científica existente em Portugal, serviço de trocas académicas”²¹ fomentando a expansão cultural e o intercâmbio intelectual.

O Instituto de Alta Cultura (IAC) sucedeu ao Instituto para a Alta Cultura, a entidade responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesa no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo.

O IAC era tutelado pelo Ministério da Educação Nacional e tinha como principal objetivo o desenvolvimento e o aprimoramento da cultura artística bem como “da investigação científica e das relações culturais com o estrangeiro e da difusão da língua e cultura portuguesas.”²²

O IAC foi organizado pelo Decreto-Lei n.º 38680, de 17 de março de 1952, tendo na sua tutela centros e instituições, sendo novamente reestruturado pelo Decreto-Lei n.º 46038, de 16 de novembro de 1964, esclarecendo a sua intervenção a nível de investigação científica.

¹⁹ O caso da Fundação Alexander Von Humboldt-Stiftung e a Fundação Rockefeller, na Alemanha.

²⁰ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

²¹ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

²² Decreto-Lei n.º 46038 de 16 de Novembro de 1964.

No final do Estado Novo, o IAC voltou a ser reformulado²³, sendo-lhe atribuído as seguintes funções: contribuir para a manifestação da política científica assim como promover e fomentar o ensino e a difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

No que diz respeito a objetivos e competências do IAC, obtemos dois períodos distintos (1952 – 1964 e 1964 – 1976) cujos objetivos são opostos, no entanto, com a mesma finalidade: a promoção da cultura portuguesa.

Até ao ano de 1964 o IAC propunha-se atribuir bolsas de estudo dentro e fora de Portugal para os estudantes, apoiava a criação de centros de investigação para estudantes, professores e investigadores, administrava os centros de Leitorados espalhados pela Europa e “facultava o serviço de expansão e de intercâmbio cultural e científico.”²⁴

Entre 1964 e 1976, o mesmo organismo procurava garantir as condições económicas necessárias aos investigadores oferecendo bolsas e subsídios temporários, pretendia manter e criar mais centros de investigação, difundir o intercâmbio científico, cultural e intelectual, “fomentar o estudo e conhecimento da língua e cultura portuguesas no estrangeiro”²⁵ recorrendo à criação de Leitorados junto das Universidades e das escolas estrangeiras, assegurar a organização de conferências e congressos no âmbito da expansão da língua e cultura portuguesas e viabilizar o ensino do português junto das comunidades portuguesas no estrangeiro.

Em 1976, através do Decreto n.º 538/76, de 9 de julho do mesmo ano, o IAC foi substituído pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), em prol da difusão da língua e cultura portuguesas, enquanto o Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de Julho de 1976, viria a criar o Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP).

O ICAP deixou assente que de iria ocorrer uma modernização no que dizia respeito às suas competências e funções que, progressivamente, iriam ocorrendo. Mencionando-se assim, o ensino e a promoção da língua e cultura portuguesas tanto a nível nacional como internacional.

A criação do ICAP integra-se num processo de transição e de preservação da democracia, tendo em atenção os “novos grandes desafios para a política cultural externa portuguesa, onde

²³ Ver Decreto-Lei n.º 613/73, de 15 de novembro de 1973.

²⁴ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

²⁵ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

a perspetiva de integração na Comunidade Económica Europeia e a renovação de relações com as ex-colónias ofereciam terreno a uma nova projeção do Instituto.”²⁶

Estipulava-se como prioridade do ICAP a divulgação da língua e cultura portuguesas nas Universidades estrangeiras, assim como o auxílio aos centros de Leitorados no estrangeiro.

Em 1980, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), sucedeu ao ICAP. Marcado pelo processo de renovação das relações político-económicas e culturais com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, em concordância com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal estipulou uma linha estratégica que visasse a difusão da língua e da cultura portuguesas.

Foi com a implementação do ICALP que foram surgindo as sucessivas criações de inúmeros Leitorados de Português pela Europa e, também, a atribuição da coordenação da rede de ensino de português no estrangeiro, apoiando e conservando os centros de língua e cultura portuguesa que, até então, estavam agregados ao ICALP (e seus antecessores) e à sua estratégia.

Visto que o ICALP deteve todas as atribuições do ICAP, este Instituto tinha como seu encargo, igualmente, a divulgação da língua e cultura portuguesas nas Universidades estrangeiras, o auxílio aos centros de Leitorados no estrangeiro e o ensino do português nos ensinos básico e secundário.

²⁶ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

2. O Instituto Camões

No decorrer de 1992, o ICALP foi oficialmente extinto para dar nome e lugar ao Instituto Camões (IC), tutelado pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC). Porém, pouco depois, para uma melhor e maior articulação e orientação, a tutela do IC foi partilhada entre o MEC e o MNE, visando o auxílio às relações externas, educação e cultura do governo português. No seu conceito geral, foi atribuído ao IC o dever de articular e orientar o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, promovendo, ainda, atividades de cariz cultural com o apoio dos povos portugueses no estrangeiro. Além destas funções de grande importância cultural, o IC ficou responsável pela “promoção do português como língua de comunicação internacional.”²⁷

Ainda no decorrer de 1992, foram ajustadas medidas de execução no âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas, nomeadamente a entreaajuda dos departamentos governamentais responsáveis pelos negócios estrangeiros, educação e cultura, oferta de bolsas a estrangeiros para divulgação e aprendizagem do português (língua e cultura) e a “participação – como membro – em atividades de organizações internacionais, associadas à difusão linguística e cultural.”²⁸

Em 1994, a tutela do IC foi transferida, na sua totalidade, para o MNE onde se mantém até aos dias de hoje. Um outro marco na história do IC foi em 2012, com a fusão do IC e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em que o primeiro trata das questões relacionadas com a língua e cultura portuguesas, e o segundo ocupa-se com questões da área da Cooperação. Desde 2012 que o Camões, I.P. “assume a responsabilidade de coordenar e executar a política de cooperação e promoção da língua e cultura portuguesa no estrangeiro.”²⁹

De acordo com as competências do IC, em 2007 foi permitido o alargamento das mesmas para que houvesse uma melhor estruturação da docência do ensino do português no estrangeiro do ensino básico e secundário, divulgar e coordenar cursos de língua e cultura portuguesas, e “criar centros de língua portuguesa junto de instituições estrangeiras de ensino superior e de organizações internacionais.”³⁰

²⁷ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia/historia-do-instituto>

²⁸ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia>

²⁹ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia>

³⁰ Ver em <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia>

3. Áreas de Atuação do Camões, IP

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro, as áreas de atuação do Camões, IP, distribuem-se em três âmbitos, sendo eles: a área da Língua, a da Cultura e, por último, a área da Cooperação. Por sua vez, a Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho e a Deliberação n.º 1201/2012, de 30 de agosto, determinam e identificam, respetivamente, as competências específicas de cada área de atuação.

No que respeita à área da Língua, o Camões, I.P. visa “assegurar a divulgação, promoção e ensino da língua e da cultura portuguesas em oitenta e quatro países”³¹, através dos seus diversificados centros de leitorados, protocolos de ensino em colaboração com mais de trezentas instituições de ensino superior e cursos de educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, em cooperação com os Ministérios da Educação dos países estrangeiros e com os agentes locais, permitindo cada vez mais a oferta educativa e a expansão no âmbito da língua portuguesa.

A nível cultural, o Instituto Camões concilia, em dezanove países³², Centros Culturais Portugueses que promovem eventos artísticos e culturais, desde a “Literatura à Arquitetura, passando pelas Artes Visuais, a Dança, o Teatro, a Música, o Cinema e o Património.”³³ Além destes eventos culturais, o Instituto Camões “produz exposições e apoia a participação de artistas ou de obras de artistas portugueses ou de países da CPLP em Festivais, Conferências, Feiras, Ciclos de âmbito internacional organizados por países estrangeiros.”³⁴

Relativamente à área da Cooperação, a mesma é fundamental para Portugal, no que diz respeito à política externa, tendo como âmbito a “promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos Países Parceiros, nomeadamente os países prioritários – PALOP e Timor-Leste - bem como a melhoria das condições de vida das suas populações.”³⁵

³¹ De acordo com o Relatório de Atividades do Camões, IP. referente a 2015.

³² Em concordância com o Relatório de Atividades do Camões, IP. de 2015.

³³ in <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/identidade/areas-de-atuacao> (Consultado no dia 20/03/2017 às 14h45m)

³⁴ in <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/identidade/areas-de-atuacao> (Consultado no dia 20/03/2017 às 14h51m)

³⁵ in <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/identidade/areas-de-atuacao> (Consultado no dia 20/03/2017 às 14h55m)

Atualmente, o IC apresenta-se estruturado da seguinte forma:

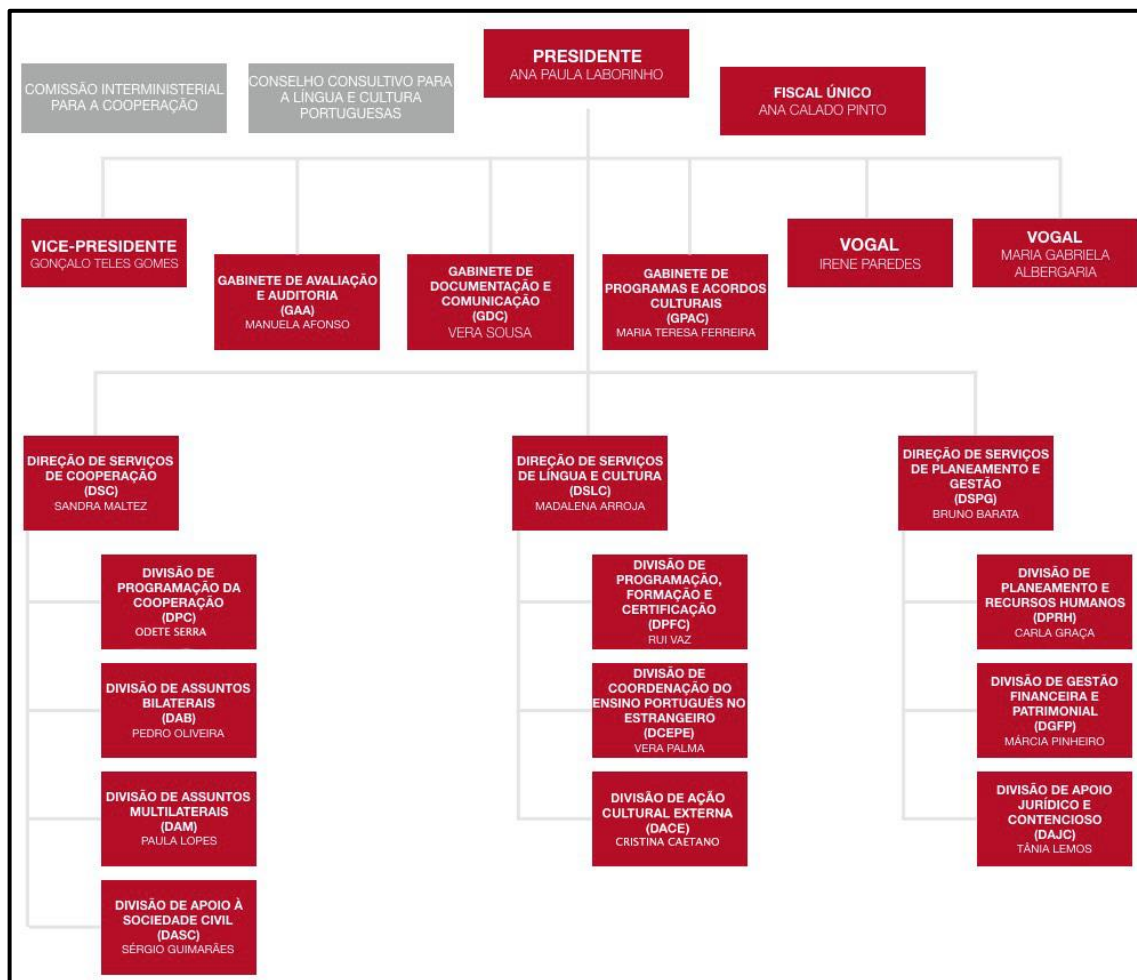
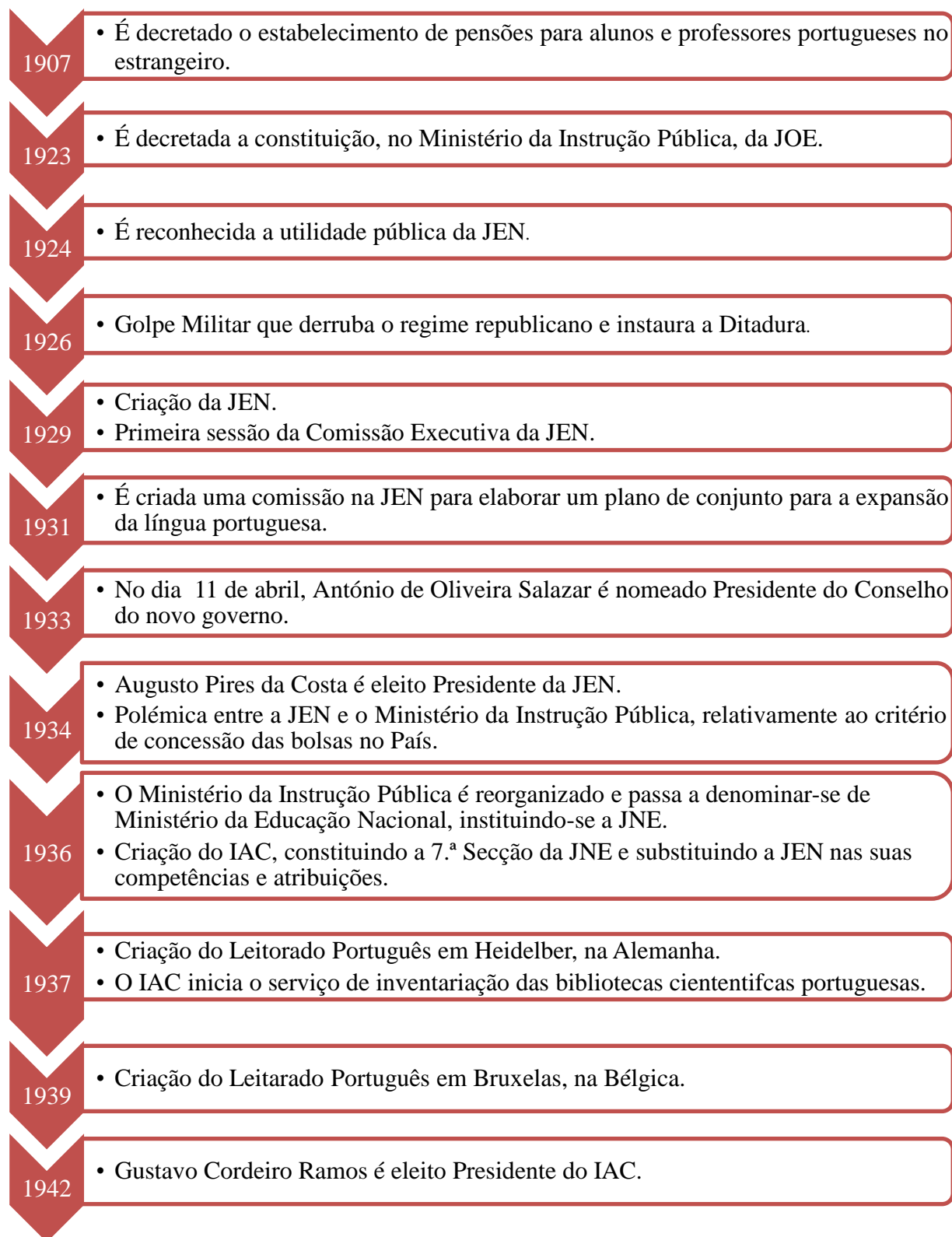
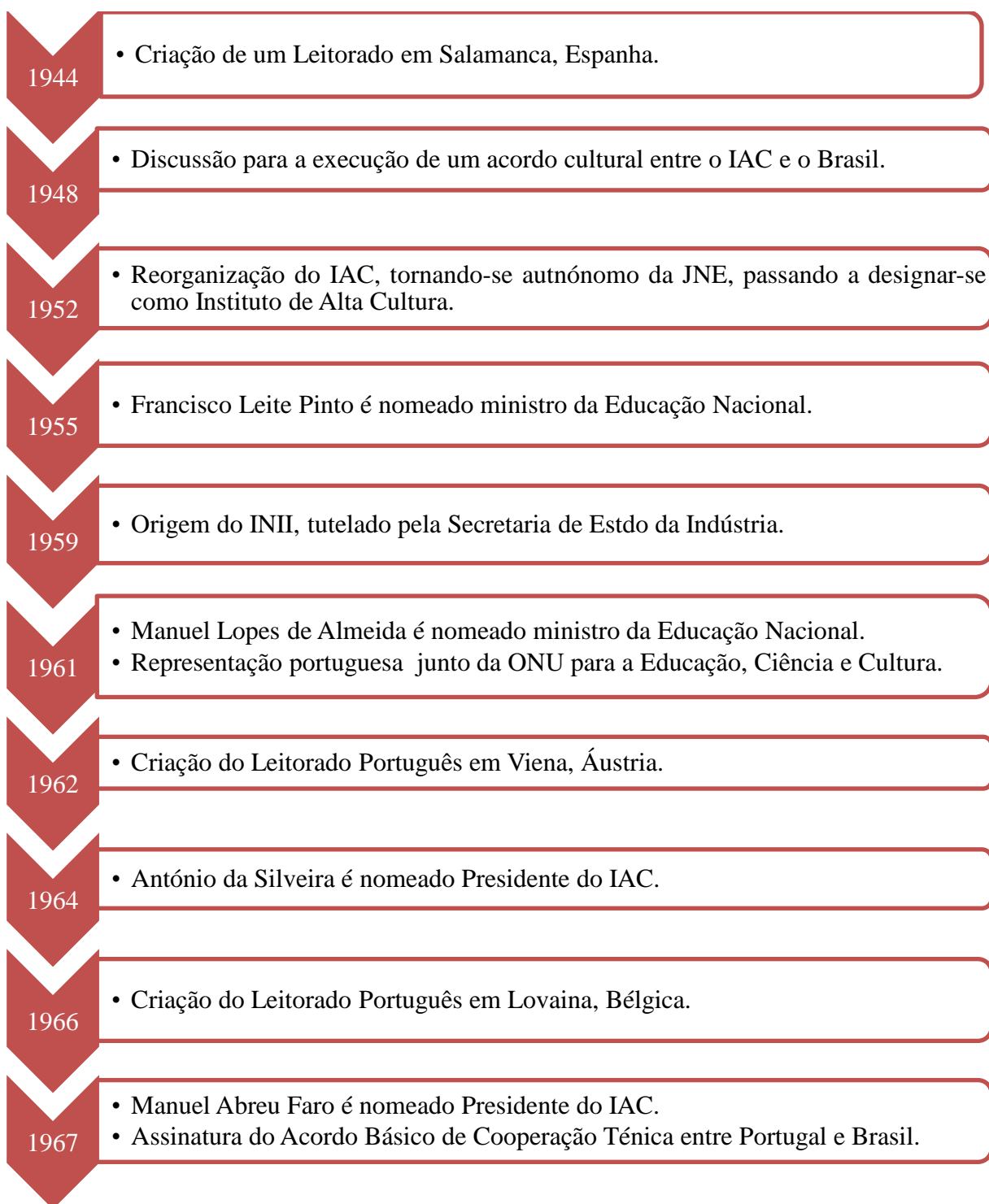


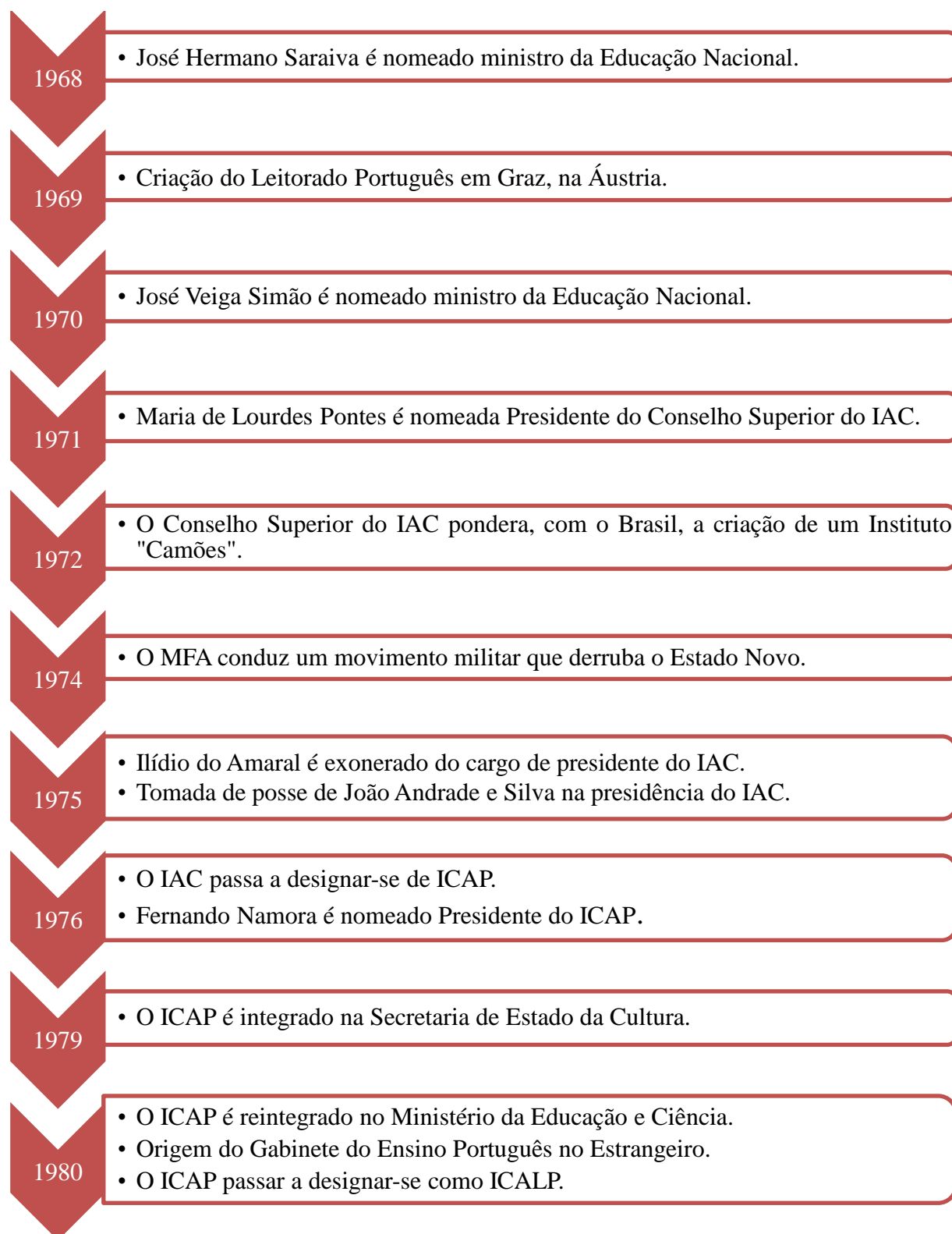
Ilustração 7 – Organograma do Camões, IP.

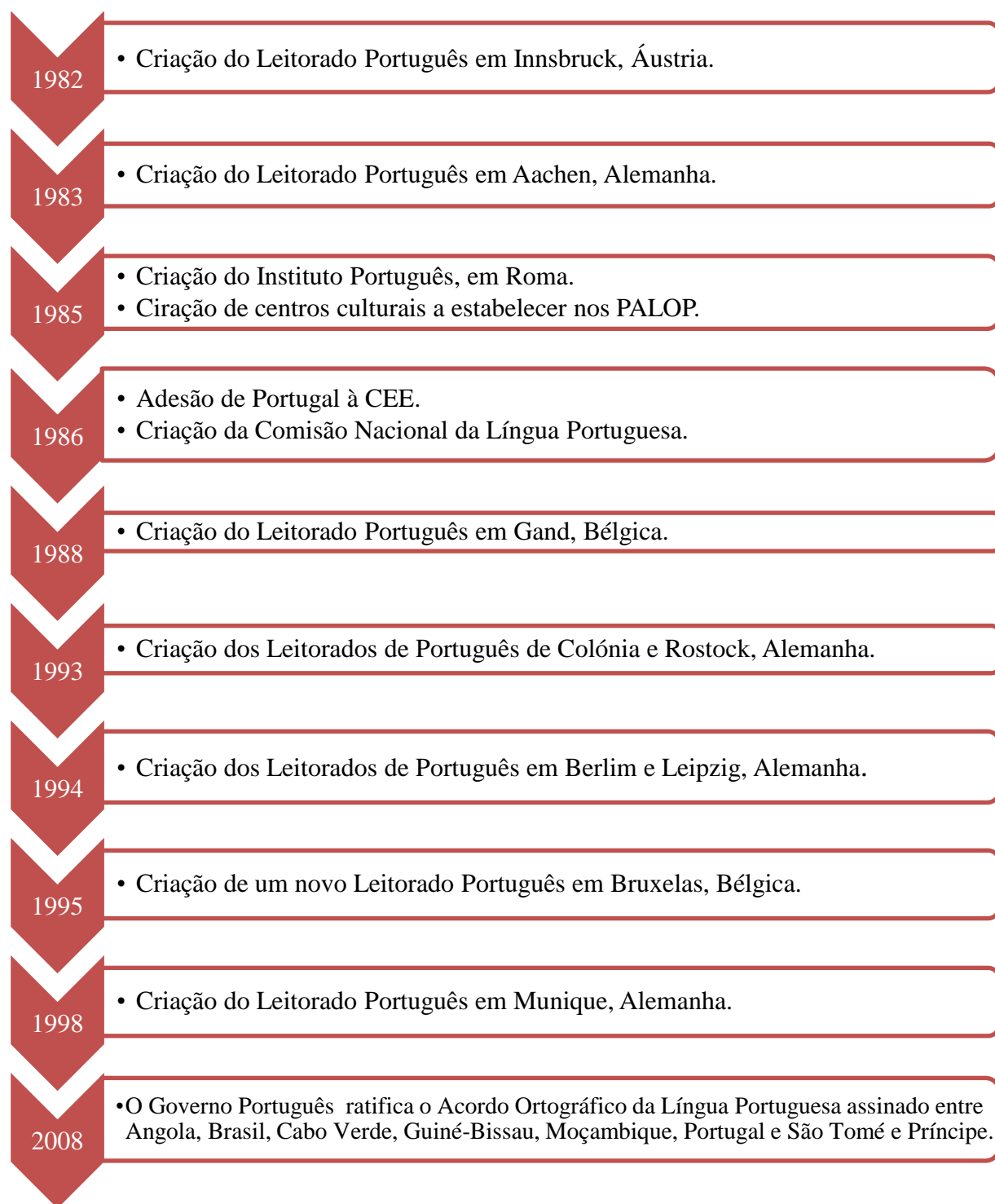
Fonte: Camões, IP.

4. Cronologia









CAPÍTULO II – A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

1. Antecedentes Históricos da CPLP

Após a independência das ex-colónias³⁶, surgiu uma grande necessidade de conceber uma comunidade linguística que servisse de união aos povos de língua portuguesa. No ano de 1976, quando os presidentes dos PALOP, recém-independentes, começaram a encarar a ideia da conceção de uma organização comum ou, em alternativa, a institucionalização de uma conferência ordinária que, num caso ou noutro, neutralizasse o espírito da ex-CONP o ajustasse e expandisse no tempo. O principal entusiasta da ideia era o ex-presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral.

Todavia, foi necessário esperar até junho de 1979 para que os cinco presidentes³⁷ se reunissem, em Luanda, com o objetivo de analisar e debater a ideia³⁸. A maior interpolação deveu-se a duas razões muito específicas: as rivalidades existentes entre Agostinho Neto e Samora Machel, que instigou as disparidades quanto ao local da concretização da cimeira, e a oposição categórica deste contra a criação de uma organização de princípio linguístico que unisse os cinco países.³⁹

O conceito de conceção de uma comunidade de língua portuguesa na estrutura de matriz linguística, foi lançado, primeiramente, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, em 1983, no decorrer de uma visita oficial a Cabo Verde, onde proferiu o seguinte: “O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar.”⁴⁰

Posteriormente, o parecer que o Dr. Jaime Gama, transmitiu na sua visita oficial a Cabo Verde viria a ser, futuramente, aplicado pelo Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de

³⁶ Aqui refere-se, exclusivamente, aos PALOP, visto que o Brasil é independente desde 1822.

³⁷ Agostinho Neto, Aristides Pereira, Luís Cabral, Pinto da Costa e Samora Machel.

³⁸ Lauro Moreira, (Embaixador do Brasil junto da CPLP) *in* Lusofonia, março de 2009, p. 48.

³⁹ A oposição de Samora Machel ao ponto de mandar retirar dos documentos oficiais da designação “ex-colónias,” “países de expressão portuguesa” e ainda “lusófona”.

⁴⁰ Excerto proferido por Jaime Gama e disponível em <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>.

Oliveira⁴¹, o então futuro Ministro da Cultura do Brasil, que desempenhou um importante papel na reunião desta comunidade de povos. Porventura, talvez seja por isso que se considera que a CPLP foi, inicialmente, fundada pelo governo brasileiro.⁴²

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)⁴³, que se instituiu durante a Cimeira de Chefes de Estado dos PALOP, que teve lugar em São Luís de Maranhão, no ano de 1989, considerado como sendo o primeiro instrumento da CPLP. Saliente-se a persistência dos esforços empreendidos pelas autoridades portuguesas ao longo de todo o processo de negociação, apesar da alternância política dos Governos da capital portuguesa⁴⁴. O último encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros realizou-se em Maputo, a 17 e 18 de abril de 1996 e marcou o fim do processo de negociação preparatório da institucionalização da CPLP. Nesse mesmo encontro acordaram, definitivamente e por unanimidade, o conjunto de princípios, objetivos e procedimentos que iria nortear a versão final da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade, fixando-se as datas da realização da Cimeira. Esta Cimeira foi realizada em Lisboa, cidade onde fica sediada a organização e foi Portugal a protagonizar a primeira Presidência rotativa. Ficou decidido que os cargos de Secretário Executivo e de Secretário Executivo Adjunto⁴⁵ seriam exercidos por personalidade de prestígio, designadamente pelos países membros, segundo a ordem alfabética de cada país.

⁴¹ Considerado o grande impulsionador da ideia de uma comunidade luso-afro-brasileira.

⁴² Em 1989, o presidente do Brasil, José Sarney, decidiu convidar os seus homólogos lusófonos para um encontro na cidade de São Luís Maranhão, para aquilo que viria a ser considerada a primeira Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de Portugal, Brasil e PALOP, cujo principal fruto foi a criação do IILP, o verdadeiro embrião da CPLP.

⁴³ O IILP que existe, no papel, desde 1989 e tornou-se Órgão da CPLP em 2005 está sito na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Mário Alberto de Almeida Fonseca foi o primeiro a exercer a função de Diretor Executivo do IILP (1999-2001). Seguindo o princípio da rotatividade entre os países integrantes da CPLP para a Direção Executiva do IILP, a Professora Doutora Marisa Guião de Mendonça, foi nomeada ao cargo de Diretora Executiva do mesmo Órgão, na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Díli, no ano de 2014, foi O seu mandato tem duração de dois anos (2014-2016), substituindo assim o brasileiro Gilvan Muller de Oliveira (2010/2012, 2012/2014).

⁴⁴ António Guterres e Jorge Sampaio.

⁴⁵ Atualmente, o Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Diretor-Geral. Os Estatutos (revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006) fixam, desde a cimeira de Bissau, a existência de um Diretor-Geral, sendo que o cargo de Secretário Executivo Adjunto cessou com a sua nomeação.

“O mapa da política internacional encontra-se, cada vez mais, dominado pelas novas fronteiras de grandes alianças multilaterais. Os Estados soberanos reúnem sobre “chapéus” comuns para melhor defender os interesses partilhados, participar e aproveitar das formas de cooperação que estabeleceram, e também porque se reconhecem em princípios, valores e laços de afetividade histórica ou geográfica. Ao investirem o seu esforço através de determinada comunidade de países, os Estados contribuem para o engrandecimento dessa união ao mesmo tempo que engrandecem a sua entidade nacional pelo sentimento de pertença a um quadro de referências mais amplo. Os interesses fundamentais dos Estados passam, cada vez mais, pela participação nas decisões tomadas em organizações internacionais.”⁴⁶



Ilustração 8 – Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membro da CPLP os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos; do Brasil, Fernando Henrique Cardoso; de Cabo-Verde, Mascarenhas Monteiro; de Portugal, Jorge Sampaio; o primeiro-ministro português, António Guterres; o Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira; de Moçambique, Joaquim Chissano; o primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Armindo Vaz de Almeida e o Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, no decorrer da Cimeira Constitutiva da CPLP, a 17 de julho de 1996, no Centro Cultural de Belém.

⁴⁶ Disponível em <http://min-nestrangeiros.pt/politica/mundo/cplpcomun.html> a 27-05-1998. Passados 20 anos, este argumento é bastante atual e, *quicá*, intemporal na política internacional.

2. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A CPLP foi fundada a 17 de julho de 1996, por decisão da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, com a finalidade de reunir os sete países⁴⁷ de língua portuguesa. Institucionalizou-se, desta forma, uma comunidade, atualmente com cerca de 244 milhões de falantes, unidos pela História e pela Língua. Em 2002⁴⁸, foi a vez de Timor Leste se unir a esta Comunidade e, em julho de 2014, entrou a Guiné Equatorial, formando assim uma comunidade de 9 países. É de se destacar que não foram apenas as razões de ordem estratégica, histórica, política ou económica que levaram à criação da CPLP, mas sobretudo um património cultural comum, consubstanciado no usufruto de um idioma comum.



Mapa 1 – Mapa dos Estados-Membros da CPLP.

Fonte: CPLP.

⁴⁷ Atualmente nove países, com a entrada de Timor Leste, em 2002, e da Guiné Equatorial, em 2014.

⁴⁸ Altura em que Timor Leste se libertou da Indonésia.

Primeiramente, a CPLP foi constituída pelos seguintes órgãos:⁴⁹

- A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- O Conselho de Ministros;
- O Comité de Concertação Permanente;
- O Secretariado Executivo dirigido pelo Secretário Executivo.

Após a revisão dos Estatutos na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília, no ano de 2002, estabeleceram-se como órgãos adicionais⁵⁰ da CPLP:

- As Reuniões Ministeriais Setoriais;
- A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação;
- O Conselho Empresarial.

Em Luanda, no X Conselho de Ministros, em 2005, os Estados-Membros aprovaram uma Resolução que originou os chamados Grupos CPLP⁵¹ e determinaram, igualmente, como órgão adicional da mesma Comunidade, o IILP. Uma das realizações com mais relevância da CPLP tenha sido a criação da Confederação Empresarial da Comunidade, em junho de 2009.

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo “reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por $\frac{2}{3}$ dos Estados-Membros.”⁵² Este órgão, integrado pelas autoridades máximas dos nove países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos nove países membros e “reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por $\frac{2}{3}$ dos Estados-Membros.”⁵³ O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respetivos relatórios. O Conselho de Ministros elege, entre os seus membros, um presidente de forma rotativa, por mandato de um ano. Tanto a Conferência de Chefes de

⁴⁹ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 8.º, referente aos Órgãos de Direção e Executivos da Comunidade, p. 3.

⁵⁰ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, patente no Artigo 8.º nos pontos 1 e 2, p. 3.

⁵¹ Retirado do *site* da CPLP, disponível em <http://www.cplp.org/id-253.aspx>

⁵² Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 10.º, ponto 3, correspondente à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, p. 4.

⁵³ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 12.º, ponto 4, correspondente ao Conselho de Ministros, p. 5.

Estado e de Governo quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em carácter rotativo, por um dos Estados-Membros, que organiza os respetivos eventos em cidade de destaque, no mês de julho, o mês da criação da CPLP.

O Comité de Concertação Permanente “reúne-se ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.”⁵⁴ O Comité é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

O Secretariado Executivo é o “principal órgão executivo da CPLP e tem por competência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité), sendo dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros”⁵⁵, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. Atualmente, o cargo é ocupado pela são-tomense, Maria do Carmo Silveira⁵⁶, na XI Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, que ocorreu entre 31 de outubro e 1 de novembro de 2016, em Brasília. O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Diretor-Geral⁵⁷, cargo ocupado desde fevereiro de 2014 pela brasileira, Georgina Benrós de Mello, sucedendo a Hélder Vaz Lopes (2008/2014) de nacionalidade guineense.

Nome	Nacionalidade	Início	Término
Marcolino Moco	Angolano	julho de 1996	julho de 2000
Dulce Maria Pereira	Brasileira	julho de 2000	agosto de 2002
João Augusto de Médicis	Brasileiro	agosto de 2002	abril de 2004
Zeferino Martins (Interino)	Moçambicano	abril de 2004	julho de 2004
Luís de Matos M. da Fonseca	Cabo-Verdiano	julho de 2004	julho de 2008
Domingos Simões Pereira	Guineense	julho de 2008	setembro de 2012
Murade Isaac Murargy	Moçambicano	setembro de 2012	novembro de 2016
Maria do Carmo Silveira	São-Tomense	novembro de 2016	

⁵⁴ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 14.º, ponto 4, correspondente ao Comité de Concertação Permanente, p. 5.

⁵⁵ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 18.º, pontos 1 e 2, correspondente ao Secretariado Executivo, p. 5.

⁵⁶ Sucessora do moçambicano Murade Issac Murargy.

⁵⁷ Disponível em <http://www.cplp.org/id-3079.aspx>

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados-Membros. “Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores governamentais.”⁵⁸

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da Cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação “reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por $\frac{2}{3}$ dos Estados-Membros.”⁵⁹ Os fundos do Secretariado Executivo da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados-Membros, mediante quotas fixadas pelo Conselho de Ministros.

A Assembleia Parlamentar é o “órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países.”⁶⁰ Foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, em novembro de 2007. A CPLP dispõe também de um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das ações concretas efetuadas no quadro da Organização. Este Fundo é alimentado por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas, para apoio a ações concretas e está submetido a um regimento próprio. No caso das ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais, estas serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. A elaboração de propostas de projetos de cooperação no âmbito da Comunidade deverá obedecer às regras contidas no Manual de Elaboração de Projetos apoiados pelo Fundo Especial, que é uma das fontes de financiamento dos programas e projetos de cooperação. O antigo IPAD era o Ponto Focal português para a área da Cooperação, atualmente é o Camões, IP, mais concretamente a Divisão de Assuntos Multilaterais (DAM), e, como tal, tem vindo a participar nas reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, que se realizam duas vezes por ano, como referido anteriormente, em fevereiro e em julho, precedendo esta a Reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

⁵⁸ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 21.º, ponto 2, correspondente às Reuniões Ministeriais, p. 8.

⁵⁹ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 20.º, ponto 4, correspondente à Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, p. 8.

⁶⁰ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, Artigo 15.º, ponto 1, correspondente à Assembleia Parlamentar da CPLP, p. 6.

O IILP como já foi, anteriormente, referido a história deste instituto teve início em 1989, com a Reunião dos PALOP, em São Luís do Maranhão, no Brasil, com a finalidade de fundar uma comunidade. Porém, só dez anos mais tarde, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que decorreu em São Tomé e Príncipe, em 1999, é que o IILP se tornou, de facto, um Instituto real. Este Instituto foi criado com o objetivo de promover, defender, enriquecer e difundir a língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais⁶¹. Em 2004, foi assinado o Acordo Sede⁶², e ficou acordado que a sua sede seria na Ilha de Santiago, Cidade da Praia, no arquipélago de Cabo Verde e foi, também escolhido, o primeiro Diretor Executivo do IILP⁶³, Dr.º Manuel Brito Semedo⁶⁴. Atualmente, o cargo pertence a Marisa Guião de Mendonça⁶⁵ e o seu mandato são de dois anos, 2014/2016.

A Confederação Empresarial da Comunidade trata-se de uma organização que visa o desenvolvimento e cooperação do empresariado dentro do espaço da CPLP, fundada em 2004, sendo que cada uma representa os nove países da Instituição. A CE-CPLP tem como finalidade “promover e incrementar os investimentos e o comércio entre os nove Países-Membros e os países das regiões a que pertencem; obter e facultar informações acerca de projetos, programas e aberturas de candidaturas financiadas por organizações de desenvolvimento multilateral (global ou regional); estimular o desenvolvimento de parcerias entre os países de língua portuguesa; identificação sistemática dos problemas com vista ao desenvolvimento empresarial saudável; atuar perante organizações multilaterais que financiem o desenvolvimento de forma a atrair o financiamento de projetos a serem implementados pelos Estados-Membros da CPLP, especialmente no âmbito dos financiamentos da Convenção Cotonou, estabelecendo uma ligação entre a UE e os Estados ACP.”⁶⁶

⁶¹ “10 Anos da CPLP. Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa”. (2006), p. 109 (Consultado no dia 05/04/2017 às 11h10m)

⁶² A sua sede é um antigo edifício do século XVIII, que foi recuperado pelo Camões, IP com os fundos do ex-IPAD, este acontecimento terá marcado, literalmente, a fixação do IILP em Cabo Verde

⁶³ Disponível em <http://iilp.cplp.org/iilp-direcao.html> (Consultado no dia 06/04/2017 às 09h35m)

⁶⁴ Nacionalidade cabo-verdiana.

⁶⁵ De origem moçambicana.

⁶⁶ Disponível em <http://www.cecplp.org/>

Dentro da Comunidade ficaram, claramente, estabelecidos os princípios orientadores através dos quais esta iria se governar. Estes, por sua vez, foram aprovados pelos seus membros. Esta instituição funciona com base dos seguintes princípios: “igualdade de soberania entre todos os Estados-Membros; não ignorância nos assuntos internos de cada Estado-membro; respeito das identidades nacionais; reciprocidade de tratamento; primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça social; respeito pela integridade territorial de cada Estado; promoção do desenvolvimento sustentável; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.”⁶⁷

Os objetivos fundamentais da Comunidade

Do mesmo modo que foram criados os princípios, conceberam, igualmente, os objetivos fundamentais desta Comunidade.

- Concertação político-diplomática no seio dos Estados-Membros de modo a vincar a sua presença a nível internacional

Este objetivo serve para conjugar e coordenar as ações quer políticas assim como diplomáticas tendo como finalidade garantir um maior benefício para a Comunidade e, igualmente, para os seus Estados-Membros.

Um dos, muitos, aspetos positivos da CPLP é o facto de funcionar como um espaço de diálogo, de discussão sobre os mais diversos assuntos, quer a nível interno como externo. Portanto, cada um pode expressar os seus pontos de vista, livremente, não há formalidades e nem são necessários intérpretes, visto que todos os membros possuem a mesma língua oficial. Não há riscos de julgamento sem que antes as pessoas sejam ouvidas: o mais importante é ter a capacidade de fazer compreender e persuadir.

Ponto positivo para os novos Estados, como por exemplo o caso da Guiné Equatorial, e também para a grande parte dos membros da Comunidade, que possuem instituições frágeis, e com uma experiência diplomática relativamente juvenil, todos estes Estados-Membros anseiam por uma maior visibilidade e afirmação no panorama internacional. Para ilustrar o exemplo da atuação da Comunidade, logo no ano a seguir à sua criação, em 1997⁶⁸, os “sete”

⁶⁷ Ver Anexo II – Estatutos da CPLP, no Artigo 5.º, Princípios Orientadores, p.2.

⁶⁸ O biénio da ONU de 1997/1998 discutiu-se a questão de atribuição a Portugal o cargo de membro não permanente do conselho e só, no entanto, Portugal conseguiu alcançar o cargo. Recentemente, (biénio

apoiaram um dos seus membros (Portugal) na sua candidatura de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU. Fica aqui bem patente que, embora “criança” a instituição conseguiu provar que era útil e eficaz em termos de reforço da concertação político-diplomática entre os seus Estados-Membros em matérias de foro internacional, e também na atuação de situações conflituosas que têm surgido em alguns Estados-Membros, “potenciando e dando cobertura a intervenções que não teriam sido aceites se empreendidas de forma unilateral”⁶⁹.

Em 1998⁷⁰, com a Guerra Civil na Guiné-Bissau⁷¹ a CPLP exerceu pela primeira vez o seu papel no cenário internacional, intervenção foi de extrema importância, dado que serviu de motor de negociações que levaram à conciliação nacional e à paz na Guiné-Bissau.

A fundação teve ainda um papel fulcral em Timor Leste⁷², em agosto de 1999, aquando do envio da missão de observação para Díli na altura em que se realizaria o referendo para a emancipação criada pela ONU. Nesse mesmo ano foram também mandados observadores⁷³ para a Guiné-Bissau durante o período das eleições legislativas e presidenciais (1999/2000) contribuindo com materiais e disponibilizando formação de recursos humanos. Em 2003, com a tentativa de golpe de estado em São Tomé e Príncipe, o Conselho de Ministros atuou novamente, ajudando o presidente são-tomense, Fradique Menezes, a conseguir apoios diplomáticos e a reposição da normalidade institucional.

A CPLP tem mantido o seu contributo na resolução dos problemas tanto em São Tomé e Príncipe bem como na Guiné-Bissau⁷⁴, a nível de reformas político-económicas levadas a cabo por estes dois países. Outro caso de intervenção foi Angola durante o processo

2011/2012) Portugal voltou a candidatar-se ao cargo que ocupará no passado, disputando esse mesmo com Alemanha e Canadá.

⁶⁹ “10 Anos da CPLP. Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa”. (2006), p. 81 (Consultado no dia 06/04/2017 às 15h00m).

⁷⁰ “10 Anos da CPLP. Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa”. (2006), p. 82 (Consultado no dia 06/04/2017 às 15h20m)

⁷¹ Golpe de estado contra, na altura, o presidente João Bernardino Vieira liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané.

⁷² Naquela época detinha o Estatuto de país observador.

⁷³ A CPLP já detém um património assinalável no domínio da observação eleitoral; as suas missões baseiam-se nos melhores procedimentos, em que o observador eleitoral é descrito como mera testemunha do processo eleitoral, tendo por função observar, anotar e sugerir, não devendo em circunstância alguma mediar o processo eleitoral, sob pena de colocar em risco o seu princípio de não ingerência.

⁷⁴ <http://www.cplp.org/> (Consultado no dia 04/04/2017 pelas 14h25m).

instauração da paz em 2002, sob interferência direta da ONU. A instituição terá andado por perto, de modo a zelar pela união dos membros, reconciliação política e reconstrução do Pós-Guerra Civil.

De acordo com o autor da obra “*10 Anos da CPLP. Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa*”, os Estados-Membros conservam a sua independência, tendo outros compromissos internacionais. Dentro desses países existem diversos interesses nacionais, rivalidades e desconfianças que ainda se fazem sentir.

Esta instituição, apesar de possuir poucos recursos, acaba por utilizar a grande parte na resolução dos problemas que “assombram” os seus Estados-Membros. No entanto não se afastam das suas principais metas, promovendo o conjunto do panorama internacional, especialmente no espaço da UNESCO. A Comunidade tem demonstrado, ativamente, a sua unidade assinando diversas propostas de ações, intervenções, propostas e projetos comuns, e caso seja possível, muito inovadoras para que a mesma possa ganhar cada vez mais visibilidade.

- Cooperação nos domínios económicos, social, cultural, jurídico e técnico-científica, educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social

Este pilar tem ganho diversos e importantes progressos através da concretização de reuniões setoriais, ministeriais e interinstitucionais, que nelas identificam os setores prioritários, dando assim sinergias de esforços e de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento da cooperação entre os Países-Membros. Portugal e Brasil são dos membros que atuam como doadores dentro da Instituição, portanto, demonstrando um papel bastante ativo no quadro de ajuda ao desenvolvimento dos PALOP da CPLP, angariando fundos ou recursos através de instituições internacionais e regionais da cooperação, de agências especializadas⁷⁵ e da UE⁷⁶.

⁷⁵ Como por exemplo UNESCO, Banco Mundial, PNUD, etc.

⁷⁶ Disponível em <http://www.cplp.org/id-316.aspx?Action=1&NewsId=1796&M=NewsV2&PID=304> (consultado 04/04/2017 pelas 15h15m)

- A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Este é o terceiro objetivo com maior relevância. Desde a sua criação da CPLP têm-se debatido sobre as questões relacionadas com o incentivo da difusão da língua portuguesa entre os Estados-Membros, em termos regionais e no fórum internacional das organizações, nomeadamente como a ONU. Era esse o objetivo pretendido pela Instituição, que anos mais tarde seria reforçada com a criação do IILP.

A língua tem ganho influência a nível mundial, o que se deve, sobretudo, ao empenho dos nove países que possuem a língua portuguesa como língua oficial. A isso acrescentam-se motivos de diversas ordens com a finalidade de que a língua seja minimamente conhecida e falada pelos seus cidadãos⁷⁷.

Atualmente tem-se assistido ao aumento do número de falantes da língua portuguesa que une diversos povos. Não são apenas o IILP e o Camões, IP que têm dado um importantíssimo contributo para que o português ganhasse um grande impacto fora da Comunidade. No entanto, existe um obstáculo que acaba por interromper esse dinamismo saudável.

A CPLP tem estado empenhada na resolução dessa questão a nível interno e dentro da Instituição e desenvolvimento de ações em prol da divulgação e afirmação internacional do português e da política editorial e cultural dos Países-Membros com a publicação de dicionários, manuais e livros didáticos, renovação de bibliotecas, cinema e audiovisual, Internet.

Entre março e abril de 2010, realizou-se a I Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, que decorreu em Brasília, onde os Estados-Membros da CPLP produziram um documento estratégico designado *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, sendo que o mesmo plano foi, definitivamente, adotado pela VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em Luanda, em 23 de julho de 2010.

O Plano de Ação de Brasília representa o referencial que delimita a ação do IILP e da CPLP. É um documento que propõe estratégias que encaram e assumem os desafios e as oportunidades da globalização, reconhecendo e expressando que o peso internacional da

⁷⁷ Caso de países como a China, onde a língua portuguesa é leccionada em 22 universidades e ainda é utilizada no mundo da moda; Guiné-Equatorial que adoptou a língua como sendo uma das suas oficiais e outros países africanos, americanos, asiáticos e europeus.

Língua Portuguesa assentando, não tanto em argumentos linguísticos, como, acima de tudo, em causas de natureza política, económica e civilizacional. À participação da sociedade civil, leia-se, das sociedades civis de cada um dos diferentes países, representa uma inovação do Plano de Ação de Brasília porque constitui o reconhecimento de que a afirmação da língua não se faz exclusivamente por via de orientações emanadas dos governos e das suas políticas públicas. Contudo, todos estes esforços têm sido prejudicados pela resistência das instituições e das opiniões públicas portuguesa e brasileira⁷⁸.

Na origem destes problemas encontra-se, igualmente, a entrada em vigor do Acordo Ortográfico⁷⁹ da língua Portuguesa e o funcionamento do IILP. Atualmente a grande parte dos países da CPLP já aderiu ao Acordo Ortográfico, como, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (2006) e Portugal (1991), sendo que o Brasil foi o primeiro a pôr em vigor o Acordo, faltando Angola e Moçambique que ainda não concluíram os seus processos.

Existem diversas notícias que dão a conhecer o que se tem feito. Atualmente, para que a língua portuguesa continue em expansão, observamos o exemplo da Finlândia que apoia expansão do ensino bilingue em Moçambique, sendo que a língua portuguesa será lecionada como sendo língua estrangeira.

Em concordância com o ex-Secretário Executivo da CPLP, Murade Murargy, o mesmo comunicou que se estava a refletir na implementação do multilinguismo na Comunidade, de modo a enriquecer a diversidade linguística na mesma.

- A questão da circulação e da cidadania

Pode-se dizer que tanto a circulação como a cidadania têm avançado na CPLP. A cidadania é um dos temas de grande relevância enunciada na Declaração que constituiu a CPLP.

Este objetivo foi criado a pensar nos cidadãos que compõem a Comunidade, portanto pensou-se que seria mais vantajoso se houvesse uma maior facilidade na sua circulação. Isto ia reforçar, claramente, os laços que unem os povos da CPLP que têm como língua oficial o português como sendo um dos alicerces da sua identidade. As OSC no espaço da CPLP têm dado voz repetidamente a estas aspirações relativas à circulação e à cidadania, e os avanços

⁷⁸ No primeiro caso não há uma libertação do “direito histórico” e no segundo há argumentos de que existe um grande “mercado brasileiro linguístico”

⁷⁹ Disponível em <http://iilp.wordpress.com/2014/06/10/o-acordo-ortografico-de-1990-situacao-atual-junho2014/> (Consultado no dia 08/04/2017 às 10h50m)

nesse sentido têm merecido o estímulo dos responsáveis políticos dos diversos Estados-Membros.

As políticas migratórias, a questão da cidadania, a problemática da livre circulação, o combate à discriminação, já não podem ser vistos numa perspetiva meramente nacional ou mesmo exclusivamente no seio da CPLP. São questões que estão hoje entre as prioridades dos processos de integração regional, nomeadamente no quadro europeu.

“Apesar de ser uma das áreas com avanços substanciais na Comunidade as dificuldades em conceder direitos políticos, económicos e sociais, cuja aplicação esteja em consonância com os atuais ordenamentos jurídicos, são enormes. Isto porque, cada um dos Estados-Membros da CPLP também está integrado noutras organizações regionais e sub-regionais que impõe regras mais estritas.”⁸⁰

Com todas estas barreiras, a CPLP tem sido acusada de ser uma Instituição passiva por parte dos Estados-Membros, pois ainda há dificuldades em termos de liberdade de circulação, residência e trabalho dos imigrantes dos seus países. Porém, o grupo de trabalho alargado sobre os assuntos da circulação e cidadania na área da CPLP tem reunido com regularidade para analisar o contributo entre os Estados-Membros na mesma área no espaço da CPLP.

⁸⁰ Disponível em <http://www.cplp.org/id-184.aspx> (Consultado no dia 08/04/2017 às 14h38m)

3. A problemática do alargamento da CPLP

No que respeita à sua atuação, os assuntos que circulam em torno da CPLP passam geralmente pela temática da recém-chegada da Guiné Equatorial à comunidade. A Guiné Equatorial⁸¹, que outrora pertencia ao grupo dos países observadores associados, passou a ser membro oficial do seio da comunidade, em 2014, sem ter os verdadeiros requisitos para entrar.

Trata-se de um país africano, que está sob um regime ditatorial com pena de morte instaurada e em que a língua primordial e mais falada é o castelhano. Apesar disso, foi aceite por unanimidade por todos os Estados-Membros da CPLP. Este membro pratica fortemente a corrupção, reprime os opositores, restringe a imprensa e está no topo das listas dos que mais violam os Direitos Humanos. Apesar de serem o terceiro país produtor de gás e petróleo do continente africano, setenta por cento da sua população vive muito abaixo do limiar da pobreza, ou seja, o seu povo vive na mais absoluta das misérias ao mesmo tempo que a elite governamental enriquece e se dedica a negócios corruptos.

Os interesses da Guiné Equatorial em participar na comunidade lusófona foram rapidamente desvendados na VII Cimeira⁸² em que o presidente, Theodoro Obiang Mbasogo⁸³, defendia as "raízes profundas" entre o seu país e Portugal, chegando mesmo a argumentar, que a Guiné Equatorial só não pertence à comunidade lusófona porque, depois de ter sido descoberta pelos portugueses, foi trocada pela Ilha de Sacramento entre os reinos de Portugal e de Espanha.

Em 2006 a Guiné Equatorial, juntamente com as Ilhas Maurícias, teve o voto de confiança mútuo dos Estados-Membros da CPLP em ganhar o Estatuto de país observador associado da organização lusófona e a partir daí começaram a surgir vários protestos por parte de analistas portugueses. A maior parte destes analistas manifestaram-se de forma negativa com esta adesão duvidando dos benefícios de que um país com um desempenho tão negativo em matéria de governação, já em si frágil, poderá fazer parte desta organização. Outros afirmam também, este acordo poderia prejudicar a CPLP e a sua imagem. Esta admissão beneficiaria

⁸¹ A República da Guiné Equatorial, é um país da África Ocidental que foi descoberto pelos portugueses em 1471. Depois foi cedida pelos portugueses às mãos espanholas e só se tornou independente em 12 de outubro de 1968.

⁸² Evento designado como Ano Europeu do Desenvolvimento com o intuito de erradicar a fome e a pobreza bem como a melhoria e o acesso ao ensino e à saúde até 2015. Contou com a presença de Theodoro Obiang Mbasogo como convidado de honra

⁸³ É o atual presidente da Guiné Equatorial. Chegou ao poder após ter assassinado o seu tio, Francisco Macías, em 1979 e lá permaneceu até os dias de hoje através da utilização do regime ditatorial.

somente a Guiné Equatorial, ajudando-a a romper um isolamento, que não é efetivo, mas que é um isolamento em termos de imagem.

Porém, esta relação de cumplicidade já vem de outros tempos em que a Guiné Equatorial jogou com a maioria dos Estados-Membros da CPLP para conseguir uma forte aceitação por parte dos mesmos. As ajudas financeiras têm-se concretizado sobretudo no quadro das relações bilaterais que se foram intensificando através de cedências monetárias para reforços de orçamentos de Estado e através de acordos com objetivo de cooperar na área petrolífera.

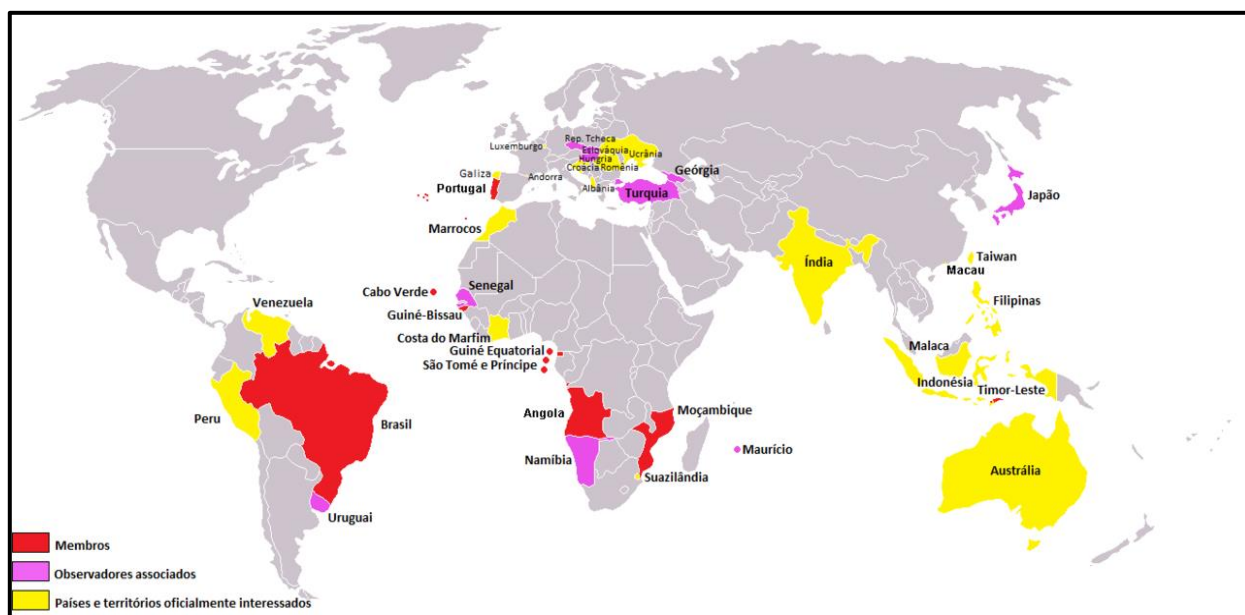
Em 2010 foi estabelecido, com a Guiné Equatorial, um roteiro com vista à sua entrada na CPLP em que era exigido uma moratória sobre a pena de morte como um primeiro pequeno passo para a abolição da mesma e, também, a difusão da língua portuguesa em que o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné Equatorial assumiu que o português seria inscrito na sua Constituição como o terceiro idioma, posterior ao castelhano e ao francês. No entanto, só na véspera da Cimeira dos Ministros dos Negócios Estrangeiros é que foi declarada esta moratória.

Os contributos da Guiné Equatorial foram decisivos para preparar a admissão da comunidade, embora que fosse só para adquirir o Estatuto de país observador associado. Seria um começo para se integrar cada vez mais no seio da comunidade. Com o papel de observador associado, o país em questão passaria a participar nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, no entanto, sem direito de voto. Depois de ser observador associado, foi proposto e discutido, na IX Cimeira em Angola, a questão da adesão da Guiné Equatorial como Estado-Membro oficial da CPLP e, também, a situação biológica da Guiné-Bissau devido aos conflitos internos.

No decorrer de 2012, a decisão do alargamento à Guiné Equatorial foi adiada contudo, face ao ultimato da Angola e do Brasil, acabou por ceder. Portugal viu-se oprimido pela pressão feita pelos outros Estados-Membros da Comunidade e teve mesmo de aceitar a adesão, pois uma eventual negação poderia ser prejudicial para as relações intra-CPLP. Todavia, só no dia 23 de julho de 2014 é que a Guiné Equatorial se tornou membro oficial da CPLP. Esta decisão foi tomada durante o encerramento da X conferência da CPLP, em Díli, Timor Leste.

Desde da sua entrada que têm surgido vários debates sobre o motivo da adesão da Guiné Equatorial em que múltiplos analistas acusam a CPLP de meter os interesses económicos à frente da proteção dos Direitos Humanos que são violados pelo próprio país. Um antigo

Primeiro-Ministro português⁸⁴ afirmou que Portugal ficaria isolado se não concordasse com a proposta do então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, depois de muito ter argumentado contra a adesão, considerou que o isolamento da ditadura de Theodoro Obiang Mbasogo seria pior para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.



Mapa 2 – Mapa dos Países Membros da CPLP, dos Países Observadores Associados e dos países e territórios oficialmente interessados.

Fonte: Camões, IP.

⁸⁴ Pedro Passos Coelho.

CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

1. Contextualização

O contexto do estágio foi aprovado em Reunião de Comissão Coordenadora do Conselho Científico de 9 de setembro de 2015, de acordo com o Regulamento de Estágios Curriculares da Via Profissionalizante do 2.º Ciclo – Mestrado – da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, constituindo uma das opções para obtenção deste grau académico. Implica a realização mínima de 336 horas de atividade de estágio embora se tenham, efetivamente, cumprido um total de 375 horas, de janeiro a março de 2017.

2. Cronograma das Atividades realizadas



3. Descrição da Atividade Prática de Estágio Curricular

O Estágio Curricular teve início em de janeiro de 2017, no Camões, IP, na Direção de Serviços da Cooperação (DSC)/Divisão de Apoio à Sociedade Civil (DASC) e começou pela reformulação dos Objetivos e Plano de Estágio Curricular a fim de estabelecer uma ligação entre as quatro divisões pertencentes à DSC (Divisão de Assuntos Bilaterais, Divisão de Assunto Multilaterais, Divisão de Apoio à Sociedade Civil e Divisão de Programação da Cooperação). Inicialmente o estágio seria realizado com uma duração de 1120 horas, no entanto o número de horas estabelecido foi reduzido para 336 horas e o estágio foi realizado na DASC e na Divisão de Assuntos Multilaterais (DAM).

No mês de janeiro, procedeu-se à reformulação dos Objetivos e Plano de Estágio Curricular, bem como o início da leitura da Lei n.º66/98 de 14 de outubro⁸⁵ que aprova o Estatuto das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), das condições técnicas e utilização do Balcão Único, do PR13/V04, do PO.III.5.4.01 (V2) do Manual de Procedimentos, ambos referentes ao reconhecimento/renovação de Estatuto e registo como ONGD.

Para se proceder à fase de análise do processo de reconhecimento ONGD, as associações candidatas têm que fornecer ao Camões, IP o requerimento de candidatura, os Estatutos da mesma devidamente atualizados e assinados, a cópia da inscrição no Portal de Justiça e o plano de atividades para o ano em curso; caso se trate de um pedido de renovação de Estatuto, o organismo em questão terá de enviar os mesmos documentos anteriormente referidos, acrescentando o relatório de atividades e contas dos dois anos anteriores, para se poder verificar se a organização tem vindo a realizar atividades em matéria de ajuda humanitária e de emergência, cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e/ou de promoção dos direitos humanos.

O reconhecimento e a renovação do Estatuto de ONGD concebe-se por um período de dois anos, a contar da data da entrada do requerimento. Findos os dois anos, a organização deve promover um novo procedimento de renovação do estatuto.

As ONGD são instituições socio-culturais, cujos objetivos recaem na execução e no apoio a programas e projetos no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para o Desenvolvimento, da ajuda humanitária e de emergência e da proteção e promoção dos

⁸⁵ Ver Anexo I – Lei 66/98 de 14 de outubro.

Direitos Humanos, muitas vezes “inspiradas pelo pensamento social de confissões religiosas ou pelos ideais de movimentos laicos.”⁸⁶ De acordo com o Estatutos das ONGD, as mesmas são consideradas Organizações da Sociedade Civil (OSC), compostas por pessoas singulares e/ou coletivas de direito privado, sem fins lucrativos e sediada em Portugal.

O papel destas organizações está definido nos Estatutos das ONGD e celebrado num protocolo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD) em que o mesmo reconhece a importância dessas organizações na ajuda ao desenvolvimento, procurando “assegurar a articulação com organismos nacionais, europeus e internacionais; definir e aplicar os critérios para a atribuição de apoios e promover a sua participação em projetos e assegurar o registo das organizações não-governamentais para o desenvolvimento.”⁸⁷

No âmbito das áreas de intervenção das ONGD, nomeadamente em Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência, as atividades praticadas giram em torno da cultura, educação, assistência médico-medicamentosa e alimentar, formação profissional, integração social e comunitária, fortalecimento da sociedade civil, através do apoio a associações congéneres e associações de base nos países em vias de desenvolvimento. Em relação à Educação para o Desenvolvimento (ED), a mesma pretende divulgar as realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública.

As seguintes associações demonstraram as suas propostas de atividades, para realizar durante 2017 e 2018, no âmbito da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento bem como de Ajuda Humanitária e de Emergência:

“Memórias e Gentes – Associação Humanitária”

- Prosseguimento da Missão “Kanimambo” – projeto de apoio e desenvolvimento dos cuidados de saúde na população albina em Moçambique;
- Expedição, em conjunto com a Associação “Mães do Mundo”, de material escolar para a Guiné-Bissau;
- Continuação do apoio à Creche de Varela na Guiné-Bissau através do envio de material de apoio e verbas monetárias para assistência médica às crianças.

⁸⁶ Disponível em <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/> (Consultado no dia 07/06/2017 às 19h20m)

⁸⁷ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt> (Consultado no dia 07/06/2017 às 19h05m)

“Associação Mundo a Sorrir”

- Dar continuidade ao Projeto “Saúde a Sorrir” em S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, contribuindo com consultas médico-dentista, palestras de promoção de saúde e cuidados de higiene, rastreios médicos e dentários, aplicações tópicas de flúor, doação de escovas, pastas dentífricas e material médico;
- Reforçar os projetos de longa duração nos PALOP, em parceria com as entidades/instituições de cada país;
- Continuar a priorizar a intervenção com base na educação para a saúde, formação e capacitação de profissionais de saúde;
- Reforçar a equipa técnica internacional com um consultor da área da cooperação e ajuda ao desenvolvimento.

“OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento”

- Implementação de projetos em regime de *outsourcing* (prestação de serviços a entidades públicas dos países em desenvolvimento) designadamente os projetos PROMER e PRONEA, em Moçambique;
- Consultoria e assistência técnica a entidades privadas (empresas, fundações e ONG internacionais) – são de referir iniciativas na Nicarágua; na Ilha do Príncipe (São Tomé e Príncipe) e, na área do ambiente e das alterações climáticas, em Moçambique, São Tomé e Cabo Verde;
- Evolução das atividades económicas dos atuais projetos de desenvolvimento comunitário na América Central, Peru e Moçambique para negócios sociais autónomos, nomeadamente a importação, para Portugal e Espanha, de bananas biológicas de comércio justo provenientes do Peru, tendo como base o projeto “Sustentabilidade do setor bananeiro como forma de contribuir para a redução da pobreza na região Piura”.

“Bem Sorrir – Associação para a Saúde e Bem-Estar da Mulher e da Criança”

- Projetos de colaboração com as entidades angolanas, nas províncias do Bengo, Bié, Cuanza Norte, Luanda, nas áreas da saúde, assistência, educação, formação pós-graduada, visando combater a pobreza, a melhoria da esperança média de vida, contribuir para a melhoria e

reorganização das unidades de saúde, da saúde reprodutiva principalmente para o combate à mortalidade infantil, natal e perinatal;

- Deslocação de uma delegação ao Bié, no primeiro trimestre de 2017, para levantamento de necessidades assistenciais e de cuidados de saúde materno infantil, assim como o envio de equipamento anestésico para o bloco de partos;
- Educação para a saúde em Angola – Luta contra as doenças endémicas, doenças negligenciadas, antropogénicas, tais como: Zika, Febre-amarela, Chicungunia, Febres hemorrágicas, Ébola, Tripanossomíase, Loa, Cegueira dos rios e Filária;
- Em Portugal, está previsto o apoio a refugiados através do ensino da língua portuguesa, com vista a facilitar a sua inserção social e profissional, e do desenvolvimento de ações de rastreio, para controlo e combate de doenças transmissíveis.

“APROFFLUSO - ”

- Divulgação de informação alusiva a questões relacionadas com a língua e cultura portuguesa, cidadania, direitos humanos e educação;
- Identificação de oportunidades de financiamento para promoção de formação e/ ou projeto de desenvolvimento nos países da CPLP, designadamente planear e implementar intervenções pertinentes, tendo em conta a realidade dos países alvo, capitalizando financiamentos disponíveis que as disponibilizem bem como integrar parcerias estratégicas oriundas de cada um dos países alvo;
- Contribuição para a formação contínua de professores e formadores no espaço da CPLP, através da execução de ações de formação no âmbito da mediação e gestão de conflito, violência de género, formação contínua de língua portuguesa, formação em especificidades da linguagem oral na 1.º e 2.º infância, formação para a inclusão, educação e interculturalidade, mediação intercultural e gestão da diversidade, necessidades educativas especiais, inglês geral para professores, liderança em contexto educativo, recursos educativos digitais e cidadania global;
- Projeto – Missão “Mindjer” – Mulher Coragem, na Guiné-Bissau, que visa contribuir para a promoção dos Direitos Humanos assim como promover, desenvolver ações de sensibilização e luta contra a violência feminina.

“PerCurso Waldorf”

- Concretização de um Percorso Formativo em “Pedagogia Waldorf”, por via de ações de formação, *workshops*, palestras, *ateliers* e oficinas, que abordarão a dimensão da ED;
- Consciencialização dos beneficiários para a compreensão das causas dos desequilíbrios e desigualdades, numa perspetiva local e global, capacitando-as e mobilizando-as para agirem como cidadãos globais;
- Desenvolvimento das competências sociais e humanas dos beneficiários, através da abordagem transdisciplinar aos “temas da cooperação”, tais como o desenvolvimento, globalização e interdependências, pobreza e desigualdades, justiça social, paz e cidadania global.

“EUIESA – International Entrepreneurship Sustainability Association”

- Organização de uma conferência no âmbito do empreendedorismo com entidades congêneres nos países membros da CPLP;
- Estabelecimento protocolos com países da CPLP para desenvolver programas de educação e formação para o desenvolvimento;
- Organização de *workshops* para os ODS, nomeadamente no ODS4 – Educação e Formação, ODS 5 - Igualdade de género e ODS 6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação;

“EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal”

- Dar continuidade à execução do projeto “Energia com Vida” que tem por objeto a formação de equipas dentro das escolas com a finalidade de criarem projetos de apoio ao desenvolvimento humano na comunidade. A escola, através deste projeto, possui as ferramentas necessárias para oferecer aos seus alunos uma formação integral, e não só académica, aproximando-se das famílias dos seus alunos, convidando-os a participar e a comprometerem-se com a comunidade envolvente. Os projetos enquadram-se nas seguintes áreas de intervenção: 1) Pobreza/Fome; 2) Conviver com a diferença; 3)

Doenças graves; 4) Desemprego; 5) População sénior; 6) Analfabetismo; 7) Sustentabilidade ambiental; 8) Parceria global para o desenvolvimento humano.

- Promover o aprofundamento do conhecimento nas áreas da pobreza e da exclusão social através do lançamento de um Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza;
- Projeto *Re-INVEST* – que tem como objetivo contribuir para um modelo mais equilibrado de desenvolvimento económico e social para a UE, tendo como princípio o investimento social nos direitos humanos e nas capacidades, individuais e coletivas;
- Organização do IX Fórum Nacional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

“CEIFACOOOP – Cooperativa de Estudos, Investigação e Formação Ambiental, CRL”

- Participação no IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, com a apresentação de dois tópicos intitulados de “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável em Currículos Escolares: uma experiência no Egito” e “Economia solidária e Educação Ambiental em São Tomé e Príncipe”;
- No âmbito da Conferência “Economia solidária e Educação Ambiental em São Tomé e Príncipe”, realização de *workshops* que visam o cooperativismo, designadamente a legislação aplicável às cooperativas bem como a qualificação de pessoas para fomentar o cooperativismo e a identificação das necessidades de formação, em São Tomé e Príncipe;
- Realização de formações básicas para apoiar o cooperativismo na sequência da elaboração de candidaturas para obter financiamentos e da gestão de projetos;
- Elaboração de manuais educativos para o público em geral sobre as temáticas de competências para a vida e o trabalho e de ambiente e sustentabilidade;
- Realização de formações para formadores em formato de *e-learning*;
- Apresentação de candidaturas para desenvolver projetos, em São Tomé e Príncipe, em áreas relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Implementação de uma biblioteca de apoio à cidadania e ao cooperativismo, em São Tomé e Príncipe.

“AMU – Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido”

- Dar continuidade ao Projeto NEST (*Networking Europe through skills Transfert*), financiado pela Comissão Europeia, cujos objetivos são melhorar, estimular e implementar o crescimento das competências profissionais do *staff*, para fortalecer o desenvolvimento de processos inovadores e o impacto fora da sua organização, a fim de transferir, abordagens e metodologias aos diversos atores sociais do território em que operam, para que, então, o impacto externo seja cada vez mais palpável e concreto; assim como desenvolver práticas inovadoras, com novos instrumentos digitais e informáticos e troca de experiências e boas práticas, cujas atividades estão delineadas até ao ano de 2018.

“ABLA – Associação de Beneficência Luso-Alemã”

- Dar continuidade ao envio de donativos recolhidos em Portugal com destino à Guiné-Bissau;
- Apoiar o projeto das três escolas de Ensino Básico na Guiné-Bissau (Ilhas Bijagós) em parceria com a ONG local Central Social e doadores na Alemanha e Portugal;

“ADP Mértola – Associação de Defesa do Património de Mértola”

Moçambique:

- Implementação do projeto “Nutrir e Crescer – Monapo em progresso”, em conjunto com o Camões, IP;
- Continuação do projeto de apoio a atividades geradoras de rendimento de Associações Comunitárias do distrito de Liúpo, Monapo e Mogincual, investindo na formação de monitores de jardim-de-infância, escolinhas e centro de tempos livres.

Cabo Verde:

- Implementação do projeto “Água e Energia como Bases para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades”, em conjunto com o Camões, IP e com o ECREE;
- Dinamização e colaboração na gestão do centro de recursos multifuncionais e dos espaços ATL na ilha de Santo Antão.

Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe:

- Implementação de projetos na área da Educação/Formação, turismo e agricultura sustentável e conservação dos recursos naturais e do combate à pobreza e exclusão social.

“Associação Corações com Coroa”

- Participação em campanhas e iniciativas sobre a Agenda 2030, os Direitos das Raparigas e a Saúde Sexual e Reprodutiva;
- Implementação do prémio de comunicação pelos Direitos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento;
- Continuação da Campanha Príncipes e Princesas: vendas de t-shirts cuja receita foi entregue ao UNFPA para apoiar projetos de saúde reprodutiva e neonatal.

“AMI – Fundação de Assistência Médica”

- Dar continuidade/criação de novas parcerias de PIPOL com apoio a pelo menos 32 projetos, de 29 organizações, em 20 países, designadamente, Bangladesh, Colômbia (2), Equador, Madagáscar, Moçambique, Nicarágua, Chada, Malásia, Senegal (3), Chile (2), Gana, Guiné-Bissau, Haiti (4), Níger, São Tomé e Príncipe (2), Sri Lanka (3), Uganda (2), Brasil (2), Tanzânia e Zimbabué;
- Implementação do projeto “Intervenção de Alto Impacto” em Quinara, na Guiné-Bissau, em parceria com a UNICEF, que visa contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil da região;
- Implementação de dois novos projetos, em parceria com a UNICEF e com o UNFAP, na região de Quinara e Bolama, na Guiné-Bissau;
- Dar continuidade ao trabalho de ação humanitária e de emergência, de forma a tentar minimizar os danos e desafios provocados pelas alterações climáticas e na promoção do desenvolvimento local, com o envolvimento estreito de atores locais e da sociedade civil dos países em desenvolvimento.

“ADDHU – Associação de Defesa dos Direitos Humanos”

Em Portugal:

- Desenvolvimento do Programa Cidadãos do Mundo: Educação para os Direitos Humanos e para a Cidadania Global, abrangendo-o a mais escolas secundárias bem como a estabelecimento de ensino superior, técnico e profissional.

No Quênia:

- Consolidação e desenvolvimento do Centro de Acolhimento Wanalea para crianças órfãs e vulneráveis, nomeadamente através do acolhimento de mais crianças, em parceria com as autoridades locais, nomeadamente com o Departamento de Menores do Governo Queniano;
- Implementação de atividades geradoras de rendimento, designadamente a construção de um galinheiro para produção de ovos, de modo a reforçar a sustentabilidade do Centro de Acolhimento Wanalea, assegurando os fundos necessários para a educação das crianças residentes;
- Continuação do programa alimentar escolar no bairro de lata de Kitui Ndogo, fornecendo pelo menos duas refeições diárias a, aproximadamente, 80 crianças deste bairro de lata;
- Reabilitação das salas de aula da escola pré-primária do bairro de lata de Kitui Ndogo.

“EPAR – Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção, CRL”

- Programa de acolhimento de jovens cabo-verdianos para frequência em cursos de formação no seu estabelecimento de ensino.

“Associação Karingana Wa Karingana”

- Campanha nacional de recolha de livros para serem entregues em Angola, São Tomé e Príncipe, Índia (Goa) e Cabo Verde;
- Continuação da campanha de recolha de livros e material escolar com destino à Guiné-Bissau.

“UMP – União das Mutualidades Portuguesas”

- Projetos de implementação de estruturas e equipamentos de matriz mutualista, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para responder às necessidades das populações locais nos domínios da saúde, proteção e ação social;
- Projetos de formação e capacitação, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, de profissionais nas áreas da saúde e segurança social, como estratégia de promoção da empregabilidade e da fixação de técnicos qualificados.

“Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista”

- Promover o desenvolvimento de projetos em parceria com organizações dos PALOP e lusófonos, que visem o apoio complementar de cuidados de saúde primários e preventivos e a melhoria do estado de saúde dos cidadãos desses países bem como a promoção da formação, empregabilidade, cultura e cidadania;
- Fomentar a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, proporcionando serviços adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas, e desenvolvendo projetos e parcerias com organizações e comunidades locais nos PALOP, que promovam a melhor qualidade de vida, o cuidado, a animação e a cidadania das pessoas idosas assim como das pessoas com deficiência;
- Fomentar a melhoria da qualidade de vida de crianças e jovens, através da gestão de estabelecimentos na área da infância e juventude, em parceria com organizações e comunidades locais nos PALOP.

“Fundação Champagnat”

- Ações de promoção de voluntariado e formação e acompanhamento de voluntários com vista à sua integração nas respostas sociais da Fundação Champagnat, nomeadamente, do voluntariado em Campos de Trabalho e Missão Maristas nas Honduras, Zâmbia, El Salvador e Moçambique;

- Desenvolvimento de um conjunto de ações de forma a assegurar o acolhimento e integração de uma família de refugiados na comunidade local, tendo em vista a sua total autonomia por um prazo de dois anos.

“P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento”

- Acompanhamento dos *fora* Internacionais de parlamentares e participação em redes de trabalho existentes ou a criar com atuação específica em matéria de População e Desenvolvimento, com enfoque nas questões do Género e Saúde Sexual e Reprodutiva e Cooperação e Direitos Humanos;
- Integração e acompanhamento de iniciativas da Comissão Nacional de Direitos Humanos, do fórum da Cooperação, grupo de trabalho dos ODS, grupo de trabalho sobre MGF;
- Implementação do Projeto “Factor M – Ativismo pelo fim da MGF” em parceria com a Associação Filhos e Amigos de Farim;
- Promoção de iniciativas com Escolas, OSC e outras entidades no contexto da missão da P&D Factor;
- Início e reforço do trabalho com lideranças religiosas sobre práticas nefastas à saúde, educação e direitos humanos – com maior enfoque na MGF, Casamentos Infantis, Forçados e Arranjados, Educação e Direitos das Raparigas, no contexto dos Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva.

“OMAS – Obra Missionária de Ação Social/ Leigos Boa Nova”

- Projetos “Cres’Ser Chibuto” e “Cres’Ser Pemba”, nas cidades de Chibuto, na Província de Gaza e Pemba, na Província de Cabo Delgado, em Moçambique, respetivamente, de envio de voluntários que dão apoio às obras locais dos missionários de ajuda aos mais carenciados nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social.

“Resgatar Sorrisos – Associação Humanitária para a Cooperação e Desenvolvimento”

Bindoro, região de Cacheu, Guiné-Bissau:

- Obras na escola local para substituição das portas e janelas e construção de um muro em todo o perímetro da mesma;
- Apoio humanitário nas áreas social e cultural, através da disponibilização de bens alimentares, material escolar, roupas e brinquedos;
- Apoio humanitário na área da saúde, por via da contratação de um enfermeiro para a prestação de cuidados primários de saúde, nomeadamente no que se refere ao encaminhamento de doentes, apoio ao combate e erradicação de paludismo, cuidados pré-natais, medidas profiláticas e de higiene.

Mansôa, região de Oio, Guiné-Bissau:

- Fornecimento de material cirúrgico ao hospital de Mansôa, região de Oio, Guiné-Bissau.

“ESTÍMULO – Centro de Estudos”

- “Programa Mames e Mininus”, no setor da saúde materno-infantil, especificamente no que diz respeito à temática da nutrição, em consonância com o Programa Nacional de Nutrição Infantil até aos 2 anos, implementado em São Tomé e Príncipe e Moçambique, com a previsão de alargamento à Guiné-Bissau em parceria com o Comité Nacional para o Combate às Práticas Nefastas da Guiné-Bissau, onde se insere, nomeadamente, o combate à Mutilação Genital Feminina;
- Produção de materiais para a formação dos Agentes de Saúde Comunitária, no âmbito do “Programa Mames e Mininus”, em São Tomé e Príncipe e Moçambique com o apoio do Ministério da Saúde;
- “Programa Dondza Muteko” destinado a jovens empreendedores de Moçambique, visando a promoção da participação ativa dos jovens na criação de novas oportunidades de emprego, nomeadamente por via da criação de microempresas, que potenciem o mercado de trabalho e a criação de raízes locais.

“CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral”

Educação para o Desenvolvimento:

- Projeto “Comércio Justo em Portugal, conhecer, compreender, problematizar” de sensibilização e influência política (2015-2017);
- Projeto “Desafios globais: reforçar a ECG em meio escolar para responder aos contextos da atualidade” em parceria com a FGS, de educação formal (2015-2017);
- Projeto “Acima da Média, Descodificação dos *media* ao serviço da cidadania global”, em parceria com a ONGD PAR, de educação formal (2014-2017);
- Projeto “Jovens embaixadores do comércio justo”, de educação formal (2015-2018).

Cooperação para o Desenvolvimento:

- Projeto “Pensar o Desenvolvimento” em Timor-Leste – Reforçar e consolidar o setor da sociedade civil timorense enquanto interlocutor e ator incontornável nas questões de desenvolvimento (2016-2018).

“ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento”

- Projeto “One Child, One Future” que visa o apoio a crianças e jovens brasileiros, guineenses, moçambicanos e são-tomenses, com idades compreendidas entre os 2 e os 18 anos de idade, através do acesso à alimentação, educação e saúde;
- Projeto “Comércio Solidário” que visa a promoção do desenvolvimento sustentável, por via do apoio à dinamização de microeconomias locais que fomentem um maior desenvolvimento e equidade social, através de parcerias comerciais diretas com quem produz. Os fornecedores são artesãos e produtores locais de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste;
- Projeto “O meu sonho é estudar”, na Guiné-Bissau, que tem como intuito a melhoria do setor educativo em Safim, Farim e Bissau, contribuindo para a equidade no acesso ao ensino.

“Fundação São João de Deus”

- Missão em Nampula (Moçambique) e Aparecida do Taboado (Brasil) as quais visam beneficiar pessoas carenciadas e em situação de exclusão social, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos doentes internados, no que respeita à higiene pessoal, na ocupação e no acompanhamento dos mesmos;
- Garantir maior participação no suporte às missões, designadamente na manutenção da cooperação com a SJG Alliance na partilha de projetos de especial interesse e relevância para a Província Portuguesa da Ordem Hospitalreira em especial os localizados em Timor-Leste, Brasil e Moçambique.

“Passo Positivo – Associação de Ação Social”

- Sensibilização, consciencialização e desenvolvimento de atividades no âmbito da Educação para os Direitos Humanos, Educação Intercultural, Educação para a Igualdade de Género e Educação para “Aprender a Viver Juntos”;
- Realização do II Congresso Internacional de Saúde Humanitária;
- Continuação do projeto Humanitus que visa contribuir para o reforço da capacitação dos profissionais humanitários (dirigentes, operacionais e voluntários das ONGD em Portugal) melhorando as condições de eficácia no seu desempenho.

“Conceitos do Mundo – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Sustentável”

- Dar continuidade ao Projeto “EIH! Educação Intercultural e Humana” – Alerta para as questões da interculturalidade e dos direitos humanos, nas escolas da região do Seixal.
- Projeto “17 Ações pelo MEU Mundo” – Os ODS tratados com metodologias de Educação Não Formal nas escolas do Concelho do Seixal;
- Curso de certificação em Direitos Humanos, *Coaching* Humanista e Intercultural e Aprendizagem Intercultural.

Estas entidades foram reconhecidas com o Estatuto de ONGD em 2017, com o objetivo de desenvolverem atividades que contribuíssem para uma melhor qualidade de vida nos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e alguns países da América Latina. Muitas das atividades que foram apresentadas por estas associações, fundações e cooperativas são projetos de continuidade de anos anteriores que já foram realizados e tiveram um impacto positivo na sua ação de implementação e que eram viáveis nas populações carenciadas, permitindo a redução da pobreza, fortalecimento na educação e na formação, reforço institucional e apoio às atividades económicas nos PALOP.

Ainda no decorrer do mês de janeiro, teve lugar a reunião das entidades subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), na qual a estagiária teve a oportunidade de participar, juntamente com o Dr. Sérgio Guimarães e com o Dr. António Torres, representando o Camões,IP. Participaram nesta reunião a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI), a Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação (ARIPese), a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP), a Direção Geral de Educação (DGE), a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC) e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD). O objetivo desta reunião foi a avaliação externa da ENED tendo por finalidade a prestação de contas e a aprendizagem. À semelhança do processo de elaboração e de acompanhamento, a avaliação teve um cariz participativo. O processo de avaliação teve como objeto e âmbito os cinco anos de implementação da ENED, os seus processos de desenvolvimento e de acompanhamento, abrangendo o período de tempo compreendido entre o início da execução e a data inicialmente prevista para o seu término, considerando todo o território nacional. O trabalho de avaliação assentou numa matriz negociada com oito questões de avaliação e trinta sub-questões.

No final do mês de janeiro foram executadas pesquisas de informação acerca da Cooperação Portuguesa – a sua atuação, programas e projetos bem como das Parcerias da Cooperação, nomeadamente com o setor público e privado, UE, Sociedade Civil, Multilaterais, Cooperação

Triangular, Agências Bilaterais, CPLP, Conferência Ibero-Americana e Consórcios. Uma outra atividade solicitada pelo Dr.º Sérgio Guimarães (Chefe de Divisão da DASC) foi a verificação na base de dados das ONGD registadas, aquelas que já caducaram e aquelas que se encontram ativas desde 2015 e a união das fichas síntese de resultados dos Projetos PeD e de ED relativos ao ano de 2016.

Em fevereiro, realizou-se uma reunião dos técnicos da DASC com o objetivo de distribuir e analisar os novos projetos candidatos à linha de cofinanciamento de ED, seguindo-se pela leitura e análise das regras de cofinanciamento no âmbito da linha de financiamento a Projetos de ED, dos critérios de elegibilidade para a avaliação dos Projetos PeD e de ED⁸⁸. Este mês ficou assinalado pela análise e preenchimento das fichas de análise de Projetos de ED da ADP Mértola – “Promover o consumo sustentável no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, da Fundação Cidade de Lisboa (FCL) – “Dicionário do Desenvolvimento – Tod@s contam para a Cidadania Global”, da Terras Dentro – “Cidadania 2030”, da MONTE – Desenvolvimento do Alentejo Central – “FIRKIDJA – A Terra é Nossa!”, da PAR – Respostas Sociais – “#Diversidades – Percursos Criativos para a Cidadania Global”, da Sol Sem Fronteiras (SOLSEF) – “Formando um Mundo Melhor – Sensibilização para a Educação para o Desenvolvimento na formação contínua dos docentes do Ensino Básico do Agrupamento de Escola de Peniche, Agrupamento de Escolas da Atouguia da Baleia e Escola Secundária de Peniche” e da Rosto Solidário – “(Re) Conhecendo Percursos: Cidadania Global no Voluntariado para a Cooperação”.

Realizaram-se, ainda, as Informações de Serviço de reconhecimento⁸⁹ e renovação⁹⁰ de Estatuto e registo como ONGD da Associação Mutualista da Mutualidade de Santa Maria, Fundação Champagnat, P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento, ESTÍMULO – Centro de Estudos, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), Obra Missionária de Ação Social/Leigos Boa Nova (OMAS), Resgatar Sorrisos – Associação Humanitária para a Cooperação e Desenvolvimento, ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento.

Ainda em fevereiro realizou-se a leitura e análise das principais características da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique,

⁸⁸ Ver Anexo V – Regras/Critérios de Cofinanciamento da análise de Projetos da Linha de Educação para o Desenvolvimento.

⁸⁹ Ver Anexo III – *Template* da Informação de Serviço de Reconhecimento e Registo como ONGD.

⁹⁰ Ver Anexo IV – *Template* da Informação de Serviço de Renovação de Registo como ONGD.

São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como a leitura do “Memorando de Portugal 2015”, no âmbito da Estratégia de Cooperação Multilateral.

No mês de março deu-se continuidade à leitura e análise de Projetos de ED da GRAAL – “Agir os ODS: O Desenvolvimento Sustentável à luz do pensamento de Maria de Lourdes Pintassilgo”, da APF – “Alerta TSH: Sensibilização no âmbito do Tráfico de Seres Humanos no Ensino Secundário” e do Conselho Português para os Refugiados (CPR)– “Para além das manchetes: Sensibilização sobre migrações, asilo e desenvolvimento a profissionais de comunicação”. Ainda em março, realizou-se as Informações de Serviço de renovação e reconhecimento de Estatuto e registo como ONGD da Associação de Jovens Bué Fixe, Liga Portuguesa Contra a SIDA (LPCS), Fundação São João de Deus, Passo Positivo e da Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Sustentável (Conceitos do Mundo).

No mesmo mês ocorreu uma reunião com o movimento de jovens Association Internationale des Étudiants en Sciences Économiques et Commerciales (AIESEC). A AIESEC é um movimento internacional de jovens estudantes responsáveis e empreendedores. Atividades destes jovens estudantes giram em torno de experiências internacionais, como o voluntariado, desenvolvendo atividades juntos de organizações com e sem fins lucrativos. Nesta reunião, os jovens estudantes falaram sobre eles, enquanto associação, e convidaram o Camões, IP a participar e orar numa palestra que iriam realizar em abril, abordando a temática da Cooperação para o Desenvolvimento. No decorrer da mesma, foi-lhes sugerido a requererem o Estatuto como ONGD, pois as suas atividades geram um grande impacto na sociedade juvenil portuguesa e internacional, permitindo auxiliar os países em vias de desenvolvimento, fazendo voluntariado, e verificando as necessidades dos mesmos.

Destaca-se, igualmente, a realização da conferência “Coerência.pt – O eixo do Desenvolvimento mais justos, mais dignos e mais sustentável”, no âmbito da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento consagrada pelo Tratado de Lisboa. Este projeto foi preparado pela Fundação Fé e Cooperação (FEC) e pelos Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e cofinanciado pelo Instituto Camões. É uma iniciativa dirigida a decisores políticos nacionais e europeus, técnicos da Administração Pública, ONGD e redes de agentes locais, consciencializando e promovendo o pensamento crítico sobre as correlações locais reforçando o valores da coerência das políticas de desenvolvimento como eixo central das próprias políticas de desenvolvimento. Nesta conferência, contou-se como a presença de

Mónica Ferro (Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa), Jean Letitia Saldanha (CIDSE – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade), Patrícia Magalhães Ferreira (Investigadora e consultora), Noémia Pizarro (Investigadora e consultora), José Luís Monteiro (OIKOS), Fernando Jorge Cardoso (Professor do ISCTE), sob moderação de Luís Mah (Investigador e Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa).

Em março ocorreu a transição da estagiária para a Divisão de Assuntos Multilaterais (DAM), sob chefia da Dr.^a Paula Lopes. Nesta divisão concretizou-se a pesquisa e recolha de dados, no âmbito da CPLP, dos setores, estratégias setoriais, reuniões Ministeriais e programas financiados por Portugal via fundo especial para, posteriormente, efetuar-se um mapeamento com as diversas reuniões e eventos que ocorreram e ocorrerão na CPLP. Para a execução deste mapeamento foi imprescindível a leitura e análise das estratégias da CPLP a nível da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mares e Oceanos, Ambiente, Igualdade de Género, Cultura, Saúde, Juventude e Assuntos Sociais.

Apesar de estar a realizar trabalho na DAM, a pedido da Dr.^a Paula Lopes, foi-me incumbida a tarefa de auxiliar os técnicos superiores da DASC, no registo dos cinquenta e três projetos candidatos à linha de Projetos PeD 2017 a implementar em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Cuba, Moçambique, Nicarágua, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na última semana de realização de Estágio Curricular, procedeu-se à preparação dos documentos, juntamente com a Dra.^a Eduarda Cabral e Silva, para a XXXIV Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP que se iria realizar no final do mês de março, na sede da mesma Comunidade, na qual a estagiária teve a oportunidade de poder participar juntamente com o Vice-Presidente do Camões, Dr.^o Gonçalo Teles Gomes, com a Chefe de Divisão da DAM, Dr.^a Paula Lopes, e também com a Dr.^a Eduarda Cabral e Silva, técnica superior da DAM.

Em concordância com o artigo 20.^o dos Estatutos da CPLP, compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, como órgão da CPLP: “assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP.”⁹¹ Na XXXIV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, as delegações dos Estados-Membros da CPLP refletiram sobre as formas de atuação desta reunião estatutária, analisando a execução

⁹¹ Ver Anexo II - Estatutos da CPLP.

financeira do Fundo Especial da CPLP em 2016, no âmbito do PIC, e prestaram informações sobre o atual estágio de execução dos projetos aprovados nas reuniões anteriores. Saliente-se, nesta reunião, a criação de uma rede de Pontos Focais dedicada ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluído na Agenda 2030 das Nações Unidas, escolhendo o Brasil para a presidência da organização lusófona.

Na última cimeira da CPLP, que decorreu em Brasília, em novembro de 2016, os chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros comprometeram-se a cumprir a Agenda 2030, nomeadamente com a “implementação dos dezassete ODS e das cento e sessenta e nove metas associadas, de forma equilibrada e integrada, de acordo com as diferentes realidades, as capacidades, os níveis de desenvolvimento, respeitando as políticas e prioridades nacionais.”⁹²

⁹² Disponível na Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília.

CONCLUSÃO

Neste relatório foi abordada a temática do papel de Portugal perante as organizações internacionais no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, nomeadamente no seio da CPLP. Para a boa realização do presente trabalho foi imprescindível a concretização do estágio curricular numa instituição tão nobre como o Camões, IP. onde foram adquiridos e renovados diversos conhecimentos no domínio multilateral da cooperação bem como no apoio a instituições da sociedade civil.

O atual Instituto Camões reflete as atividades que as entidades antecessoras (JEN, IAC, ICAP e ICALP) tinham na divulgação e promoção da língua portuguesa no estrangeiro criando diversos leitorados por toda a Europa, com o objetivo de que o português fosse uma língua falada e estudada por cidadãos de outras nacionalidades, nomeadamente jovens estudantes universitários que tinham mais facilidade em aprender e dar a conhecer a nossa cultura.

Além da promoção do português, as entidades anteriormente mencionadas criaram bolsas de estudos, permitindo aos nossos universitários e investigadores uma experiência com o intuito de difundir a língua portuguesa.

Foram, igualmente, concebidos subsídios de apoio a estudantes, investigadores e professores, subsídios e manutenção dos leitores e leitorados que foram crescendo desde 1929 até 1992. Todos os organismos foram marcantes para a instrução do português no estrangeiro, ao nível do ensino básico e secundário, possibilitando que nos dias de hoje que a língua portuguesa esteja presente nos quatro cantos do Mundo e que centenas de cidadãos falem o nosso idioma e conheçam a nossa cultura graças àqueles que se disponibilizam para promover o que de mais precioso Portugal possui.

A ligação entre o Camões, IP e a Comunidade consiste em que a primeira entidade é o ponto focal português para a área da Cooperação e, como tal, tem por obrigação participar ativamente nas reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, visando uma melhoria na qualidade de vida da população.

Acredito que os objetivos gerais que estavam estipulados desde o começo do estágio curricular, nomeadamente, “facultar experiência específica na área da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência”,

“facilitar e promover a inserção na vida profissional através da promoção do conhecimento e integração na dinâmica institucional” e, por último, “desenvolver e aplicar os métodos e técnicas de intervenção na área da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência” foram atingidos com sucesso na medida em que adquiri diversos saberes e aprendizagens com os profissionais que me acompanharam durante a realização do estágio, desde a participação em reuniões, conferências e, até mesmo, conversas informais que se tornavam úteis e importantes para a boa realização deste relatório. No geral, consegui alcançar e desenvolver com qualidade as atividades que me foram propostas no decorrer do estágio.

Em suma, acredito que daqui para a frente serei ainda mais empenhada nas matérias de cooperação e desenvolvimento, visto que tive esta segunda oportunidade de trabalhar com profissionais de mérito no seio destas temáticas, o que me elucidou ainda mais das tristes realidades dos países em desenvolvimento. Sendo assuntos bastante sensíveis de se tratar e de se falar, precisam de ser mais divulgados perante a comunidade internacional, com o intuito de se erradicar a pobreza, diminuir a taxa de mortalidade infantil, alcançar o ensino primário universal, combater o HIV/SIDA e, não menos importante que os anteriores, garantir a criação de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Embaixada do Brasil, Lisboa, Portugal; 1994.

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, *Memorando de Portugal 2015*, Lisboa, Portugal; 2015.

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, *O Ano Europeu para o Desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, 2016.

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, *Relatório de Atividades 2015*, Lisboa, Portugal, 2015.

Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, *Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP*, Lisboa, Portugal, 2011.

DUARTE, Feliciano Barreiras; “*As leis da nacionalidade dos Estados-Membros da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste*”, Âncora Editora, Lisboa, Portugal, 2014.

GARCIA, Maria Madalena; LOPES, Ana Maria Fonseca – *Junta Nacional da Educação: inventário*, 2006.

GUARDIOLA, Nicole, “*Pensar, comunicar, atuar em Língua Portuguesa: 10 anos da CPLP*”, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, Portugal, 2007.

FERREIRA, Patrícia Magalhães, FARIA, Fernanda, CARDOSO, Fernando Jorge, *O Papel de Portugal na Arquitetura Global do Desenvolvimento: Opções para o Futuro da Cooperação Portuguesa*, Lisboa, Portugal, 2015.

IPAD – Cooperação Portuguesa, *Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral*, 2009.

Jornal de Letras, *Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Número 133, 17 de dezembro de 2008.

Junta de Educação Nacional. *Relatório dos trabalhos efectuados em 1931-1932*, Tip. da Seara Nova, Lisboa, 1933.

MARCHUETA, Maria Regina, FONTES, José, “*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos Político-Diplomáticos*”, Instituto Português de Conjuntura Estratégica: Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente, Lisboa, Portugal, 2001.

MOREIRA, Sandrine Berthault, *A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento, Anuário da Economia Portuguesa*.

PINTO, José Filipe; *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidade e Descontinuidades*, Ministérios dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, Lisboa, Portugal, 2005.

PINTO, José Filipe, *Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da Lusofonia*, Revista Angolana de Sociologia, 2011.

RAMOS, Gustavo Cordeiro, *Objectivos da Criação da Junta de Educação Nacional (Actual Instituto para a Alta Cultura). Alguns aspectos do seu labor*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951.

República Portuguesa, *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*.

ROLLO, Maria Fernanda, MEIRELES, Paula, RIBEIRO, Madalena, BRANDÃO, Tiago, *História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2012.

ROSAS, Fernando; BRANDÃO, José Maria, *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

Secretariado Executivo da CPLP – Direção de Cooperação, *Cooperação na CPLP – Uma visão estratégica de Cooperação pós-Bissau*, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XIII, Editor Verbo, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XVII, Editor Verbo, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XVIII, Editor Verbo, 2010.

SILVA, Augusto Santos, *A política de cooperação: consolidar, incrementar, inovar*, Lisboa, 2016.

TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*. Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951.

TELES, Felício; “*A Diplomacia pública no contexto das Organizações Internacionais: o caso da CPLP*”; Coimbra Editora; Coimbra, Portugal; 2015.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Decreto n.º 9332, de 29 de dezembro de 1923;

Decreto n.º 16381 de 16 de janeiro 1929;

Decreto n.º 17037, de 26 de junho de 1929;

Decreto n.º 17456 de 14 de outubro de 1929;

Decreto n.º 19552 de 1 de abril de 1931;

Decreto n.º 20352 de 26 de setembro de 1931;

Decreto-Lei n.º 26611 de 19 de maio de 1936;

Lei n.º 1941 de 11 de abril de 1936;

Decreto-Lei n.º 38680 de 17 de março de 1952;

Decreto-Lei n.º 46038 de 16 de novembro de 1964;

Decreto-Lei n.º 613/73 de 15 de novembro de 1973;

Decreto n.º 538/76 de 9 de julho de 1976;

Decreto-Lei n.º 541/76 de 9 de Julho de 1976;

Lei n.º 66/98, de 14 de outubro de 1998;

Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro de 2012;

Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho de 2012;

Deliberação n.º 1201/2012, de 30 de agosto de 2012;

Diário da República, 1.ª Série – N.º47 – 7 de março de 2014.

WEBGRAFIA

Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, disponível em <http://www.mnec.gov.st>

Site do Camões, IP: <http://www.instituto-camoes.pt/>

Site da CPLP: <https://www.cplp.org/>

ANEXO I – Lei n.º 66/98 de 14 de outubro, que aprova o Estatuto das ONGD

Lei n.º 66/98, de 14 de outubro, que aprova o Estatuto das ONGD, prosseguindo objetivos de Cooperação para o Desenvolvimento de assistência humanitária, de Ajuda de Emergência e de Protecção e Promoção dos Direitos Humanos.

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 161.º, alínea *c*), 166.º n.º 3, e do artigo 112.º, n.º 5, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma define o estatuto das organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento, adiante designadas por ONGD.

Artigo 2.º

Âmbito

Não se regem pelo presente diploma as ONGD que prossigam fins lucrativos, políticos, sindicais ou religiosos ou que, independentemente da sua natureza, desenvolvam atividades de cooperação militar.

Artigo 3.º

Natureza jurídica

As ONGD são pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos.

Artigo 4.º

Composição

As ONGD são constituídas por pessoas singulares ou coletivas de direito privado, com sede em Portugal.

Artigo 5.º

Constituição

As ONGD constituem-se e adquirem personalidade jurídica nos termos da lei geral.

Artigo 6.º

Objetivos

1 – São objetivos das ONGD a conceção, a execução e o apoio a programas e projetos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de ações nos países em vias de desenvolvimento:

- a) De cooperação para o desenvolvimento;
- b) De assistência humanitária;
- c) De ajuda de emergência;
- d) De proteção e promoção dos direitos humanos.

2 – São ainda objetivos das ONGD a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.

3 – As ONGD, conscientes de que a educação é um fator imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz, assumem a promoção desse objetivo como uma dimensão fundamental da sua atividade.

4 – As ONGD desenvolvem as suas atividades no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Artigo 7.º

Registo

Consideram-se abrangidas pelo presente diploma as ONGD que, para além de respeitarem o estipulado nos artigos anteriores, procedam ao seu registo junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que se incluam os seguintes elementos:

- a) Atos constitutivos;
- b) Estatutos;

- c) Plano de atividades para o ano em curso;
- d) Meios de financiamento.

Artigo 8.º

Reconhecimento

1 – O reconhecimento do estatuto de ONGD faz-se por um período de dois anos, após análise dos documentos mencionados no número anterior, podendo o mesmo ser negado ou a sua atribuição ser revogada se, nos termos do artigo 16.º, se verificar alguma irregularidade.

2 – Para a decisão do reconhecimento do estatuto de ONGD, o Ministério dos Negócios Estrangeiros poderá solicitar um parecer não vinculativo, a emitir pelas plataformas nacionais das ONGD.

3 – O reconhecimento do estatuto, referido no n.º 1, deve ser comunicado aos interessados nos 30 dias seguintes à receção de todos os documentos referidos no artigo anterior.

Artigo 9.º

Áreas de intervenção

As áreas de intervenção das ONGD são, nomeadamente:

- a) Ensino, educação e cultura;
- b) Assistência científica e técnica;
- c) Saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar;
- d) Emprego e formação profissional;
- e) Proteção e defesa do meio ambiente;
- f) Integração social e comunitária;
- g) Desenvolvimento rural;
- h) Reforço da sociedade civil, através do apoio a associações congéneres e associações de base nos países em vias de desenvolvimento;
- i) Educação para o desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública,

Artigo 10.º

Estatuto dos dirigentes das ONGD

Os dirigentes das ONGD gozam dos direitos consagrados nas alíneas seguintes:

- a) Para o exercício das funções referidas no número anterior, os dirigentes das ONGD que sejam trabalhadores por conta de outrem têm direito a usufruir de um horário de trabalho flexível, em termos a acordar com a entidade patronal, sempre que a natureza da respetiva atividade laboral o permita;
- b) As faltas dadas por motivos de comparência em reuniões em que os dirigentes exerçam representação ou com órgãos de soberania são consideradas justificadas, para todos os efeitos legais, até ao máximo de 10 dias de trabalho por ano e não implicam a perda das remunerações regalias devidas;
- c) Os dirigentes das ONGD que sejam estudantes gozam das prerrogativas idênticas às previstas no Decreto-Lei n.º 152/91, de 23 de abril, com as necessárias adaptações.

Artigo 11.º

Ligação ao Estado

- 1 – O Estado apoia e valoriza o contributo das ONGD nas relações e práticas de cooperação com os países em vias de desenvolvimento.
- 2 – O Estado considera que o seu relacionamento com as ONGD se deve fazer, nomeadamente, através de contratos quadro.
- 3 – O Estado pode ainda apoiar as ONGD através de ajuda técnica ou financeira a programas e projetos desenvolvidos por estas, desde que compreendidos nos artigos 6.º e 9.º do presente diploma, mesmo quando as ONGD em questão não sejam subscritoras dos contratos quadro referidos no número anterior.
- 4 – O Estado pode solicitar a intervenção técnica das ONGD em programas concebidos e executados, no todo ou em parte, por organismos públicos de cooperação e desenvolvimento.
- 5 – O apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das ONGD.

6 – O direito de participação das ONGD na definição das políticas nacionais e internacionais de cooperação exerce-se através da sua representação nas instâncias consultivas com competência na área da cooperação.

7 – Fora do território nacional, as representações diplomáticas portuguesas são o interlocutor institucional representativo do Estado, para efeitos do relacionamento com as ONGD.

Artigo 12.º

Utilidade pública

As ONGD registadas nos termos do presente diploma adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública, com dispensa do registo e de mais obrigações previstas no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º do referido diploma.

Artigo 13.º

Mecenato para a cooperação

Aos donativos em dinheiro ou em espécie concedidos às ONGD e que se destinem a financiar projetos de interesse público, previamente reconhecidos como tal pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, será aplicável, sem acumulação o regime do mecenato cultural previsto nos códigos do IRS e do IRC.

Artigo 14.º

Isenção de emolumentos

As ONGD estão isentas do pagamento de emolumentos notariais devidos pelas respetivas escrituras de constituição ou de alteração dos estatutos.

Artigo 15.º

Fiscalidade

1 – As ONGD têm direito às isenções fiscais atribuídas pela lei às pessoas colectivas de utilidade pública.

2 – Nas transmissões de bens e na prestação de serviços que efetuem, as ONGD beneficiam das isenções de IVA previstas para os organismos sem fins lucrativos.

3 – As ONGD beneficiam das regalias previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Artigo 16.º

Fiscalização

Os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, bem como os demais ministérios no âmbito da respetiva competência setorial, poderão ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e inspeções às ONGD que tenham solicitado a sua inscrição, ou estejam inscritas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do presente diploma.

Artigo 17.º

Representação

1 – As ONGD abrangidas pelo disposto no presente diploma podem associar-se em plataformas, o que, todavia, não limita a intervenção autónoma das organizações na prossecução dos seus fins.

2 – As plataformas nacionais participadas por representantes de ONGD abrangidas pelo presente diploma serão representadas nos órgãos consultivos da cooperação oficial portuguesa pela respetivas direções.

Artigo 18.º

Disposições transitórias

1 – Para efeitos do estipulado no presente diploma e para que possam pelo mesmo ser abrangidas, as ONGD devem proceder em conformidade com o artigo 7.º, dispondo para tal de um prazo de 60 dias a contar data de entrada em vigor do presente diploma, independentemente de registos anteriores.

2 – As ONGD que não cumpram o disposto no número anterior deixam de ser consideradas ONGD para efeitos de aplicação do presente diploma.

Artigo 19.º

Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 19/94, de 24 de maio.

Aprovada em 29 de junho de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 24 de setembro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 30 de setembro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO II – Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CAPÍTULO I Estatutos, Sede, Objetivos e Princípios

Artigo 1º (Denominação)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º (Sede)

A Sede da CPLP é em Lisboa, a capital da República Portuguesa.

Artigo 3º (Estatuto Jurídico)

A CPLP é uma organização que goza de personalidade jurídica internacional, bem como da capacidade jurídica necessária ao exercício das suas funções e à prossecução dos seus objetivos.

Artigo 4º (Objetivos)

1. São objetivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, oceanos e assuntos do mar, agricultura, segurança alimentar, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, economia, comércio, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

2. Na materialização dos seus objetivos a CPLP apoia-se em mecanismos de concertação e cooperação existentes ou a estabelecer no âmbito da Comunidade.

Artigo 5º
(Princípios Orientadores)

1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados-Membros;
- b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, da Boa Governação, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento Sustentável;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

CAPÍTULO II
Membros e Observadores

Artigo 6º
(Estados-Membros)

1. Para além dos membros fundadores, República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República de Moçambique, República Portuguesa, República Democrática de São Tomé e Príncipe, e da República Democrática de Timor-Leste, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.

2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e tem efeito imediato.

3. O pedido formal de adesão deverá ser feito em língua portuguesa e depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º
(Medidas Sancionatórias)

1. Em caso de violação grave da ordem constitucional num Estado membro, os demais Estados membros promoverão consultas visando a reposição da ordem constitucional.
2. O Conselho de Ministros decidirá, com carácter de urgência, sobre as medidas sancionatórias a aplicar, que podem abranger desde a suspensão de participação no processo de decisão em órgão específico à suspensão total de participação nas atividades da CPLP.
3. As decisões do Conselho de Ministros sobre a suspensão de um Estado membro são tomadas por consenso entre os demais Estados-Membros.

Artigo 8º **(Observadores)**

1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores Associados e Observadores Consultivos.
2. A categoria de Observador Associado poderá ser atribuída aos Estados, Organizações Internacionais, Universais ou Regionais, organismos intergovernamentais e entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, que partilhem dos princípios orientadores da Comunidade, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos Direitos Humanos, e prossigam através das suas políticas e dos seus programas objetivos idênticos aos da CPLP.
3. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo da CPLP a organizações de carácter público ou privado que gozem de autonomia e que comunguem dos princípios orientadores da Organização, designadamente através do respetivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da CPLP.
4. As candidaturas a Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas e precedidas de plano de ação a concertar com o candidato, de modo a demonstrar um interesse real pelos objetivos e princípios orientadores da CPLP.
5. A categoria de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações das condições que recomendaram a sua atribuição.
6. Sem prejuízo no disposto nos presentes estatutos, os procedimentos de candidatura à categoria de Observador, bem como a retirada desta categoria, são fixados em regulamento específico da competência do Conselho de Ministros da CPLP.
7. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

CAPÍTULO III **Instituto Internacional da Língua Portuguesa**

Artigo 9º **(Instituto Internacional de Língua Portuguesa)**

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP, dotada de Estatutos próprios, que tem como objetivos a planificação e execução de 4 programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

Artigo 10º

(Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

1. Na prossecução dos seus objetivos, quer entre Estados membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem.
2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objetivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Estratégico.
3. O IILP é chefiado por um Diretor Executivo, recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público internacional, para um mandato de três anos, renovável, uma única vez, por igual período.
4. A ação do Diretor Executivo será apoiada pelo Conselho Estratégico que se reunirá pelo menos uma vez por ano e será composto por representantes de todos os Estados membros e pelo Secretário Executivo.

CAPÍTULO IV

Organização Institucional

Artigo 11º

(Órgãos)

1. São órgãos de direção e executivos da CPLP:
 - a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo (também designada abreviadamente por “Conferência”);
 - b) O Conselho de Ministros (também designado abreviadamente por “Conselho”);
 - c) O Comité de Concertação Permanente (também designado abreviadamente por “Comité”);
 - d) O Secretariado Executivo (também designado abreviadamente por “Secretariado”).
2. Além dos referidos no número anterior, também são órgãos da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação.
3. A Assembleia Parlamentar da CPLP é o órgão consultivo que reúne representações dos Parlamentos nacionais dos Estados membros.

SUB-CAPÍTULO I
Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Artigo 12º
(Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP.
2. São competências da Conferência:
 - a) Definir e orientar a política geral e a estratégias da CPLP;
 - b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
 - c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
 - d) Eleger ou reconduzir o Secretário Executivo da CPLP;
 - e) Acolher e apreciar os documentos e resultados das Reuniões Ministeriais.
3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados-Membros.
4. O Presidente da Conferência, por um mandato de dois anos, será o Chefe de Estado do Estado membro que acolhe a Conferência;

Artigo 13º
(Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:
 - a) Presidir às reuniões da Conferência;
 - b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e a ação dos demais órgãos da CPLP;
 - c) Representar a CPLP;
 - d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
 - e) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.

SUB-CAPÍTULO II

Conselho de Ministros

Artigo 14º

(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros.

2. São competências do Conselho de Ministros:

- a) Coordenar as atividades da CPLP;
- b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- c) Definir e adotar as políticas e os programas de ação da CPLP;
- d) Submeter à consideração da Conferência os instrumentos jurídicos não regimentais necessários para a prossecução dos objetivos da CPLP;
- e) Aprovar os orçamentos de funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP e do IILP;
- f) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;
- g) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo;
- h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP;
- i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência;

4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respetivos relatórios.

6. O Presidente do Conselho de Ministros, por um mandato de dois anos, será o Ministro dos Negócios Estrangeiros ou das Relações Exteriores do Estado membro que acolhe a Conferência.

Artigo 15º

(Competências do Presidente do Conselho de Ministros)

1. São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- a) Presidir às reuniões do Conselho;
- b) Acompanhar a ação dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;

- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

SUB-CAPÍTULO III

Comité de Concertação Permanente

Artigo 16º

(Comité de Concertação Permanente)

1. O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados Membros da CPLP, acreditados para o efeito junto do Secretário Executivo.
2. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.
3. Compete ainda ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as ações levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.
4. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
5. O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência da Conferência.
6. O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
7. O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 14º, *ad referendum* do Conselho de Ministros.

SUB-CAPÍTULO IV

Secretariado Executivo

Artigo 17º

(Secretariado Executivo)

1. O Secretariado Executivo é o órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:

- a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;
 - b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
 - c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
 - d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.
2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 18º
(Secretário Executivo)

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados-Membros da CPLP, eleito pela Conferência de Chefes de Estado e/ou de Governo, para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados-Membros por ordem alfabética crescente.
2. O Estado membro apresentará a sua candidatura ao Presidente da Conferência, para divulgação pelos Chefes de Estado e de Governo, com uma antecedência mínima de três meses da realização da Conferência.
3. No final do mandato, é facultado ao Estado membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura à renovação, por mais um mandato de dois anos, do Secretário Executivo em funções.
4. São principais competências do Secretário Executivo:
 - a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objetivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
 - b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente e, no caso de funcionário do quadro de pessoal, do respetivo concurso público internacional;
 - d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
 - e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;
 - f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
 - g) Representar a CPLP nos fora internacionais;

h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comité de Concertação Permanente;

i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente;

5. No exercício das suas competências, o Secretário Executivo é coadjuvado por um Diretor Geral.

6. O Secretário Executivo poderá delegar no Diretor Geral parte das suas funções incluindo, com carácter excecional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

7. O Diretor é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo:

a) Pela gestão corrente do Secretariado;

b) Pelo planeamento e execução financeira do Orçamento do Secretariado;

c) Pela preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos levados a cabo pelo Secretariado.

8. O Diretor Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público internacional, pelo prazo de 3 anos, renovável uma vez, por igual período, mediante decisão do Comité de Concertação Permanente.

SUB-CAPÍTULO V

Outros órgãos

Artigo 19º

(Reuniões Ministeriais)

1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados membros.

2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos setores governamentais, enquadrando-as com as orientações da Conferência.

3. O Estado membro anfitrião da Reunião é responsável pelo depósito, junto do Secretariado Executivo, dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comité de Concertação Permanente e os submeterá ao conhecimento e apreciação da Conferência.

4. As ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As ações a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

Artigo 20º
(Reunião dos Pontos Focais de Cooperação)

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.
2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência da Conferência.
3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu Coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente, na sequência das reuniões ordinárias, um ponto de situação sobre a execução das iniciativas de cooperação na CPLP, para distribuição pelas representações dos Estados-Membros.
4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados-Membros.

SUB-CAPÍTULO VI
Assembleia Parlamentar

Artigo 21º
(Assembleia Parlamentar)

1. A Assembleia Parlamentar é o órgão da CPLP que visa promover os objetivos da Comunidade através do diálogo e da cooperação interparlamentar, em concertação com os restantes órgãos da CPLP.
2. A Assembleia Parlamentar reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade e rege-se por estatuto próprio.
3. O Presidente da Assembleia Parlamentar tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

SUB-CAPÍTULO VII
Disposições gerais da organização institucional

Artigo 22º
(Quórum)

O Quórum para a realização das reuniões de órgãos da CPLP e das suas instituições é de seis Estados-Membros.

Artigo 23º

(Decisões)

1. As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso dos Estados membros presentes.
2. O disposto no nº 1 do presente artigo não se aplica à Assembleia Parlamentar, cujas decisões são tomadas nos termos do respetivo regimento, e às decisões do Conselho de Ministros sobre suspensão de Estados membros, nos termos do previsto no n.º4 do artigo 7º.

Artigo 24º

(Regimento Interno)

Os órgãos e instituições da CPLP definirão, em regimento interno, os seus mecanismos de funcionamento.

CAPÍTULO V

Orçamentos, Fundo Especial e Património

Artigo 25º

(Orçamentos de funcionamento)

1. O exercício do orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP e do IILP estende-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.
2. As propostas de orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo e do IILP são preparadas, respetivamente, pelo Secretário Executivo e pelo Diretor Executivo do IILP e, depois de apreciadas pelo Comité de Concertação Permanente, são submetidas à decisão dos Estados membros, na mesma sede, até final do primeiro semestre do ano imediatamente precedente ao exercício orçamental a que dizem respeito.
3. No início de cada ano, o Diretor Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental do ano findo, para que este seja apresentado às Auditorias que inspecionam as contas da CPLP.
4. Os orçamentos de funcionamento do Secretariado Executivo e do IILP são aprovados pelo Comité de Concertação Permanente, *ad referendum* do Conselho de Ministros.
5. Os orçamentos de funcionamento do Secretariado Executivo e do IILP serão custeados pelas contribuições obrigatórias dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho.

Artigo 26º

(Fundo Especial)

1. A CPLP conta com um Fundo Especial, regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das ações concretas

levadas a cabo no quadro da CPLP, e constituído por contribuições voluntárias dos Estados membros e de outras fontes, públicas ou privadas.

2. Para o financiamento das despesas administrativas, custos de gestão e de comunicação suportados pelo Secretariado Executivo da CPLP será prevista em cada atividade uma percentagem, fixada nos termos previstos no Regimento do Fundo Especial da CPLP, e que reverterá para o Orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo.

Artigo 27º **(Património)**

O Património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privada.

CAPÍTULO VI **Disposições Finais**

Artigo 28º **(Revisão)**

1. Qualquer Estado membro poderá apresentar por escrito propostas de emenda aos presentes Estatutos enviando para esse efeito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.

2. O Secretário Executivo comunicará ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

3. As alterações aos presentes estatutos entrarão em vigor trinta (30) dias após a notificação ao Depositário, por cada um dos Estados membros, da conclusão das formalidades constitucionais necessárias para o efeito.

Artigo 29º **(Entrada em Vigor)**

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados-Membros.

2. Os presentes Estatutos serão adotados por todos os Estados-Membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 30º **(Depositário)**

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos, serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados-Membros.

Artigo 31.º
(Registo)

O Depositário submeterá os presentes Estatutos para registo junto do Secretariado das Nações Unidas, nos termos do Artigo 102.º da Carta das Nações Unidas devendo notificar os Estados-Membros da conclusão deste procedimento e indicar-lhes o número de registo atribuído.

ANEXO III – *Template* de Informação de Serviço de Reconhecimento como ONGD

INFORMAÇÃO DE SERVIÇO

PARECER:

Concordo com a proposta de **deferimento/indeferimento** do pedido de reconhecimento do Estatuto e registo como ONGD da associação em apreço.
À consideração superior.

Chefe de Divisão

DESPACHO:

INFORMAÇÃO N.º - Registo

<CLASSIFICAÇÃO>

ASSUNTO: Assunto

<p><i>Centro de Custo:</i></p> <p><i>Ordem(ns) Interna(s):</i> N.A.</p> <p><i>PR/PO:</i> PR13 V04/PO 5.4.02</p>	<p><i>N.º total de páginas desta IS:</i> <u>X</u></p> <p><i>N.º Total de anexos:</i> 0</p>
---	---

<p><u>Objetivo da IS:</u> Análise do pedido de reconhecimento do Estatuto de ONGD da “ <u>(Nome da Associação/Fundação/Cooperativa)</u> ”, ao abrigo da Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro, que aprovou o estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento</p>			
País:			N.A.
Valor:			N.A.
Fonte	de	Financiamento:	N.A.
Atividade:			N.A.
Rubrica		(s):	N.A.
Data:	<u>XX/XX/XXXX</u>		

1. Introdução, Antecedentes ou Enquadramento

1.1. A “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ” é uma associação/fundação/cooperativa sem fins lucrativos, pessoa coletiva número XXX XXX XXX, com sede na Rua/Avenida XXXXXXXX, em XXXXXX, com Estatutos aprovados por escritura pública a XX/XX/XXXX e publicados no Portal de Justiça ou Diário da República, II Série, de XX/XX/XXXX;

1.2. Segundo os respetivos Estatutos, a Associação/Fundação/Cooperativa tem como fim “ (Transcrição do Artigo 2.º e 3.º dos Estatutos da Associação/Fundação/Cooperativa) ”.

2. Análise

2.1. Foi solicitado, ao abrigo das normas em vigor, um parecer à Plataforma Portuguesa das ONGD, tendo esta emitido parecer positivo/negativo nos seguintes termos:

“ (Transcrição do Parecer da Plataforma Portuguesa das ONGD) ”

2.2. No Plano de Atividades para XXXX está previsto:

- (Ver e analisar o Plano de Atividades para o ano em curso)

3. Conclusões

Considerada a documentação apresentada, julga-se estarem preenchidos os requisitos necessários para o reconhecimento do Estatuto e registo como ONGD da “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ”, uma vez que prevê prosseguir ações de relevo à luz da Lei n.º 66/98, de 14 de outubro, que aprovou o estatuto das ONGD, ou seja, que visam beneficiar os países em desenvolvimento.

4. Proposta

Face ao exposto, propõe-se o deferimento/indeferimento do pedido de reconhecimento do Estatuto como ONGD apresentado pela “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ”.

5. Competência para Aprovação

A competência para a decisão em causa, decorrente de uma interpretação *lato sensu* da alínea d) do n.º 5 do art.º 3.º do anexo à Portaria n.º 194/2012, de 20/06, reforçada pelo facto do Camões, I.P. ter sucedido nas suas atribuições ao ex-IPAD, incumbe ao Conselho Diretivo e encontra-se definida no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro.

Lisboa, **XX de (mês) XXXX**

(Assinatura do Técnico Superior)

ANEXO IV – *Template* de Informação de Serviço de Renovação de Estatuto como ONGD

INFORMAÇÃO DE SERVIÇO

PARECER:

Concordo com a proposta de **deferimento/indeferimento** do pedido de renovação do Estatuto e registo como ONGD da associação em apreço.
À consideração superior.

Chefe de Divisão

DESPACHO:

INFORMAÇÃO N.º - Registo

<CLASSIFICAÇÃO>

ASSUNTO: Assunto

<i>Centro de Custo:</i> <i>Ordem(ns) Interna(s):</i> N.A. <i>PR/PO:</i> PR13 V04/PO 5.4.02	<i>N.º total de páginas desta IS:</i> <u>X</u> <i>N.º Total de anexos:</i> 0
--	--

<p>Objetivo da IS: Análise do pedido de renovação do Estatuto de ONGD da “ <u>(Nome da Associação/Fundação/Cooperativa)</u>”, ao abrigo da Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro, que aprovou o estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento. País: N.A.</p> <p>Valor: N.A.</p> <p>Fonte de Financiamento: N.A.</p> <p>Atividade: N.A.</p> <p>Rubrica (s): N.A.</p> <p>Data: <u>XX/XX/XXXX</u></p>
--

1. Introdução, Antecedentes ou Enquadramento

1.1. A “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ” é uma associação/fundação/cooperativa sem fins lucrativos, pessoa coletiva número XXX XXX XXX, com sede na Rua/Avenida XXXXXXXXX, em XXXXXX, com Estatutos aprovados por escritura pública a XX/XX/XXXX e publicados no Portal de Justiça ou Diário da República, II Série, de XX/XX/XXXX;

1.2. Segundo os respetivos Estatutos, a Associação tem como fim “ (Transcrição do Artigo 2.º e 3.º dos Estatutos da Associação/Fundação/Cooperativa) ”

2. Análise

2.1. Examinados os Relatórios de Atividades e Contas de XXXX e XXXX, constata-se que a “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ” tem vindo a prosseguir atividades relevantes em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento ou de Ajuda Humanitária, designadamente:

- (Ver e analisar os Relatórios de Atividades dos dois anos anteriores)

2.2. Saliente-se as seguintes intervenções para XXXX:

- (Ver e analisar o Plano de Atividades do ano em curso)

3. Conclusões

Considerada a documentação apresentada, julga-se que estão preenchidos os requisitos para a renovação do Estatuto e registo como ONGD da “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ”, uma vez que a mesma prevê prosseguir ações de relevo à luz da Lei n.º 66/98, de 14 de outubro, designadamente de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento ou de Ajuda Humanitária

4. Proposta

4.1. Face ao exposto, propõe-se o deferimento/indeferimento do pedido de renovação do Estatuto e registo como ONGD apresentado pela “ (Nome da Associação/Fundação/Cooperativa) ”.

5. Competência para Aprovação

A competência para a decisão em causa, decorrente de uma interpretação *lato sensu* da alínea d) do n.º 5 do art.º 3.º do anexo à Portaria n.º 194/2012, de 20/06, reforçada pelo facto do Camões, I.P. ter sucedido nas suas atribuições ao ex-IPAD, incumbe ao Conselho Diretivo e encontra-se definida no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro.

Lisboa, **XX de (mês) XXXX**

(Assinatura do Técnico Superior)

ANEXO V – Regras/Critérios de Cofinanciamento da análise de Projetos da Linha de Educação para o Desenvolvimento⁹³

A Educação para o Desenvolvimento encontra-se consagrada como sector específico da intervenção das ONGD, tal como expresso no artigo 6º da Lei n.º 66/98 de 14 de outubro: *“São ainda objectivos das ONGD a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.”*

A Resolução do Conselho da União Europeia sobre Educação para o Desenvolvimento e a sensibilização da opinião pública europeia a favor da cooperação para o Desenvolvimento de 29 de outubro de 2001 no ponto 7º *“incentiva os Estados-Membros a continuarem a apoiar as iniciativas desenvolvidas pelas ONG de Educação para o Desenvolvimento, bem como pelas coordenações nacionais das ONG de desenvolvimento”*.

No âmbito da política de Cooperação para o Desenvolvimento definida pelo Governo foi assinado a 20 de Junho de 2001, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações NãoGovernamentais para o Desenvolvimento, um Protocolo de Cooperação que expressamente reconhece as *“ONGD, como parte da Sociedade Civil portuguesa, que desempenham um papel importante nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para o Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária e surgem como elementos canalizadores de impulsos da e para a Sociedade Civil”*. Na sua Cláusula 4ª, o mesmo Protocolo determina que o MNE inscreva *“todos os anos uma dotação específica para os programas e projetos a desenvolver pelas ONGD e pela Plataforma Portuguesa das ONGD, de acordo com as políticas e estratégias previamente definidas”*.

Neste contexto, as presentes Regras de Cofinanciamento a Projetos têm como objectivo tornar claros e criteriosos os processos de candidatura, apresentação, apreciação e apoio financeiro aos projetos de Educação para o Desenvolvimento da responsabilidade das ONGD.

Visa-se assim fortalecer a confiança e a boa prática entre o Estado e as ONGD, contribuindo-se para que as acções sejam mais eficazes no prosseguimento de objectivos reconhecidos como comuns.

⁹³ Fonte: Site do Camões, IP
www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/perguntas-frequentes-ongd-2/candidaturas-a-linhas-de-financiamento

Das Regras de Cofinanciamento a Projetos constam três documentos, a saber: “Critérios de Elegibilidade”, “Normas para a Execução do Processo de Cofinanciamento” e “Directrizes para a Apresentação de Projetos de Educação para o Desenvolvimento”.

Critérios de Elegibilidade aplicados às ONGD

Entende-se por Critérios de Elegibilidade as condições necessárias e as normas a cumprir para que as ONGD e os Projetos de Educação para o Desenvolvimento da sua responsabilidade possam candidatar-se ao cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.).

A. São considerados critérios indispensáveis

A1. A ONGD estar devidamente registada junto do Camões, I.P., de acordo com a Lei 66/98 de 14 de Outubro.

A2. A ONGD ter um mínimo de 3 anos de experiência na execução de projetos de Educação para o Desenvolvimento ou apresentar elementos susceptíveis de facilitar a avaliação da sua capacidade de os implementar, nomeadamente em termos de monitorização, avaliação e controlo de gestão financeira, incluindo a participação em processos de parceria capazes de garantir uma aprendizagem mútua e a qualidade dos meios de controlo.

A3. A ONGD apresentar elementos susceptíveis de facilitar a avaliação da sua capacidade de implementar projetos, em particular na área da Educação para o Desenvolvimento, nomeadamente em termos de monitorização, avaliação e controlo de gestão financeira, incluindo a participação em processos de parceria capazes de garantir uma aprendizagem mútua e a qualidade dos meios de controlo.

A4. A ONGD ter os seus compromissos com o Camões, I.P. regularizados, no que diz respeito à apresentação de relatórios e à prestação de contas relativos a apoios anteriores, de modo a que esteja assegurada uma relação transparente com o financiador.

A5. A ONGD ter em dia os seus compromissos com a Segurança Social e com a administração fiscal, devendo ser apresentados os respectivos comprovativos.

B. Critérios preferenciais de elegibilidade:

B1. A entidade promotora demonstrar um conhecimento das áreas, metodologias e grupos-alvo, com os quais trabalha e/ou se propõe a trabalhar, de forma a ser possível avaliar a capacidade e a sua experiência na execução, individual ou em parceria, de projetos, em particular na área da Educação para o Desenvolvimento.

B2. A ONGD ter um plano estratégico de intervenção, no qual se enquadre o projeto submetido a cofinanciamento.

Critérios de Elegibilidade aplicados aos Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Princípios orientadores

Nos termos definidos no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 24 de Novembro, “A Educação para o Desenvolvimento (ED) constitui um processo educativo constante que favorece as interrelações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo activo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de um instrumento fundamental para a criação de uma base de entendimento e de apoio junto da opinião pública mundial, e também da portuguesa, para as questões da cooperação para o desenvolvimento”.

A. Critérios de enquadramento geral

Privilegiam-se projetos que tenham assegurado/a:

A1. A mobilização da opinião pública a favor do estabelecimento de relações Norte/Sul mais justas e equitativas.

A2. Um enquadramento nas tipologias e medidas definidas na ENED.

A3. Uma coerência com os objectivos da política de Cooperação Portuguesa, que tenha também em conta as actividades desenvolvidas por outras entidades, de modo a facilitar a criação de sinergias (quando pertinente) e a evitar a duplicação de esforços e de iniciativas.

A4. Um conhecimento das propostas e acções de outros doadores.

A5. O estabelecimento de parcerias¹ e consórcios² entre ONGD portuguesas e/ou europeias nos projetos a implementar em Portugal.

A.6. Uma explicação da pertinência das parcerias⁹⁴/ consórcios⁹⁵, nomeadamente destacando-se em que contexto surgem e o valor acrescentado que trazem ao desenvolvimento do projeto.

B. Critérios de âmbito geográfico

As actividades elegíveis podem ser realizadas:

- Em Portugal;
- Na Europa, no caso de projetos realizados em Consórcio com ONGD europeias;
- Nos Países em Desenvolvimento, no âmbito de actividade preparatórias consideradas indispensáveis à execução das acções em Portugal ou em outros países europeus.

C. Critérios de âmbito setorial

Nos termos definidos no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” e na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), são considerados prioritários os projetos de Educação para o Desenvolvimento que visem, entre outros, a intervenção nos domínios da educação formal e não formal, da comunicação social, da Juventude, dos profissionais e investigadores do desenvolvimento, e da sensibilização do público em geral.

D. Critérios de execução geral

Privilegiam-se projetos que:

D1. Assegurem a previsão do impacto a médio e longo prazos, no sentido de aferir da importância das acções propostas;

⁹⁴ Parcerias: as parcerias são formas de associação menos formais que exigem dos parceiros participações pontuais em determinadas fases do projeto proposto a cofinanciamento.

⁹⁵ Consórcios: um Consórcio é um grupo de duas ou mais ONG que se constitui para assumir a responsabilidade conjunta de um projeto. Dentro deste grupo diferenciam-se: a) a entidade proponente, que assume a responsabilidade contratual pelas actividades co-financiadas mediante um mandato emitido pelos diferentes membros do Consórcio, b) e os outros membros do Consórcio, responsáveis pela participação efectiva nas actividades propostas a cofinanciamento e pela disponibilização de recursos humanos, técnicos e financeiros significativos.

D2. Tenham assegurada a sustentabilidade do projeto, de modo a que esteja garantida a continuidade do seu impacto após a cessação da ajuda;

D3. Tenham asseguradas atividades consideradas adequadas aos resultados propostos;

D4. Sejam destinados à mudança de valores e comportamentos que promovam estratégias e acções com impacto positivo nas populações dos Países em Desenvolvimento;

D5. Promovam sessões de formação e informação que contribuam para a compreensão das relações Norte-Sul, no âmbito dos Objectivos do Milénio;

D6. Promovam campanhas de sensibilização para a necessidade da solidariedade internacional, de Cooperação e da Ajuda ao Desenvolvimento, e da Ajuda de Emergência e Humanitária e que não se destinem a meras campanhas de recolha de fundos para a ONGD;

D7. Visem a capacitação das ONGD e outros actores que promovam ou pretendam promover a Educação para o Desenvolvimento;

D8. Sejam dirigidos a grupos-alvo bem definidos e tratem temas claramente delineados.

E. Critérios de execução orçamental

E1. Privilegiam-se os projetos que apresentem um cofinanciamento internacional igual ou superior a 70%, garantido preferencialmente por fontes de financiamento da U.E.;

E2. O pedido de cofinanciamento ao Camões, I.P. não poderá exceder 75% do orçamento total do projeto;

E3. Todas as verbas não solicitadas ao Camões, I.P. têm de estar garantidas no momento da candidatura, sendo necessária a apresentação do respectivo plano de financiamento e do respectivo comprovativo, no caso de outras fontes de financiamento;

E4. São elegíveis todos os custos que decorram directamente da natureza das acções a concretizar no âmbito do projeto, realizadas no período especificado no cronograma, cumprindo com os princípios de boa gestão, em particular em termos de custo/benefício, sendo, por parte do Camões, I.P., objecto de uma análise de razoabilidade.

São consideradas despesas elegíveis as realizadas no âmbito das seguintes rubricas:

Identificação e concepção;

Recursos humanos;

Viagens;

Materiais, equipamentos e fornecimentos;

Outros custos e serviços;

Produção e distribuição de material;

Funcionamento;

Acompanhamento e avaliação;

Auditorias;

Imprevistos;

Despesas administrativas;

E5. Consideram-se elegíveis Despesas Administrativas até 10 % e Imprevistos até 2% do total da fase do projeto apresentada a candidatura.

ANEXO VI – Critérios de Elegibilidade das ONGD candidatas à Linha PeD ⁹⁶

Critérios de Elegibilidade das ONGD

Os presentes Critérios de Elegibilidade têm como objetivo tornar claros os requisitos das ONGD para aceder à concessão de apoios financeiros, no âmbito da Cláusula 4ª do Protocolo de Cooperação acordado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, em 20 de junho de 2001.

Critérios de Elegibilidade aplicados às ONGD

Entende-se por Critérios de Elegibilidade aplicados às ONGD as condições necessárias e as normas a cumprir para que as ONGD possam candidatar-se ao cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.).

A) São considerados indispensáveis os seguintes critérios:

A1) A ONGD tem um plano estratégico de intervenção, no qual se enquadre o projeto submetido a cofinanciamento;

A2) A ONGD tem um mínimo de 3 anos de experiência na execução de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento nos setores de intervenção nos quais se propõe atuar, de forma a possibilitar a avaliação da sua capacidade de execução nos respetivos âmbitos, com preferência no país ou região alvo.

A3) A ONGD está devidamente registada junto do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P., de acordo com a Lei 66/98 de 14 de outubro;

A4) A ONGD tem em dia os seus compromissos com a Segurança Social e com a administração fiscal, devendo ser apresentados os respetivos comprovativos;

A5) A ONGD tem os seus compromissos com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P. regularizados, no que diz respeito à apresentação de relatórios e à prestação de contas relativos a apoios anteriores, de modo a que esteja assegurada uma relação transparente com o financiador.

⁹⁶ Fonte: Site do Camões, IP

<http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/financiamos/perguntas-frequentes-ongd-2/candidaturas-a-linhas-de-financiamento>

ANEXO VII – Grelha de Análise dos Projetos⁹⁷

Grelha de Análise de Projetos de Desenvolvimento

1. Pertinência/Relevância - Adequação dos objetivos do projeto em relação aos problemas que pretende resolver e se estes correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores.	Nota	%
A proposta é pertinente em relação às necessidades e constrangimentos específicos do (s) País (es) ou região (ões)-alvo (s) (nomeadamente ausência de sinergias com outras iniciativas de outras entidades portuguesas)? O projeto é consistente com as políticas do Governo beneficiário e com os programas sectoriais relevantes, nomeadamente uma coerência com os objetivos das políticas nacionais dos países nos quais se pretende desenvolver os projetos, nomeadamente no âmbito sectorial?		0%
A proposta é pertinente em relação aos problemas e necessidades identificadas (os problemas foram claramente enunciados)? A estruturação lógica da intervenção é coerente e adequada para resolução dos problemas identificados (incluindo Género e Desenvolvimento de Capacidades) e a consecução dos resultados esperados?		0%

⁹⁷ Site do Camões, IP

http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/lfped13_14_grelha_analise.pdf

Os intervenientes (parceiros, beneficiários finais, grupos-alvo - género, faixa etária, rendimento, situação de trabalho, etc.) estão claramente identificados e a sua escolha é pertinente do ponto de vista estratégico?		0%
A proposta é pertinente no que diz respeito aos objetivos e a uma ou mais das prioridades do Convite à Apresentação de Propostas (1)? O projeto é coerente com as prioridades definidas nos Programas Indicativos e Anuais da Cooperação Portuguesa? Em que medida os objetivos são relevantes e prioritários, no âmbito dos termos de referência definidos no enquadramento normativo?		0%
A proposta contém algum valor acrescentado específico em relação a outras intervenções?		0%
Nota Total:	0/25	0%
Comentários:		
(1) A nota de 5 (muito bom) não poderá ser atribuída se a Proposta apenas responder especificamente a apenas a uma prioridade. A nota de 5 (muito bom) não poderá ser atribuída se a Proposta não contiver elementos de valor acrescentado específico como a promoção de igualdade de género, igualdade de oportunidades, etc.		
Se a proposta obtiver uma nota inferior a "Médio" (16 pontos) para a rubrica Pertinência/Relevância, deverá ser excluída pelo Comité de Avaliação. A grelha de avaliação deverá, no entanto, ser preenchida integralmente.		

2. Durabilidade/Sustentabilidade - Aferir se os benefícios gerados pelo projeto continuarão depois de terminado o financiamento, com particular atenção a aspetos como apropriação, igualdade de género, fatores financeiros e económicos, aspetos socioculturais, tecnologia apropriada, ambiente, capacidade institucional e de gestão.	Nota	
<p>O projeto foi elaborado tendo em conta a visão, medidas e metodologias que promovam a participação ativa e a responsabilização de todos os intervenientes na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto, assim como dos grupos-alvo envolvidos e das populações abrangidas pelos impactos do projeto? O projeto integra ações específicas e/ou para discriminação positiva de mulheres e raparigas (incluindo educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, proteção social, desenvolvimento sociocomunitário)?</p>		0%
<p>Os resultados esperados da ação serão tangíveis e terão um impacto duradouro nos grupos-alvo? O projeto terá efeitos multiplicadores (nomeadamente, probabilidade de reprodução, extensão dos resultados da ação assim como da difusão de informações)?</p>		0%

<p>Os resultados pretendidos da ação são duráveis?</p> <p>- Do ponto de vista financeiro (como serão financiadas as atividades depois do termo da subvenção? Está identificada a entidade responsável pela gestão das atividades após o encerramento do projeto? Está identificada a entidade titular dos bens adquiridos durante a execução do projeto?</p> <p>- Do ponto de vista institucional (existirão estruturas que permitam a prossecução das atividades para além do termo da ação? Haverá "apropriação" local dos resultados da ação? O grupo-alvo está formado para executar e gerir as atividades do projeto? São os meios técnicos e métodos especificamente adequados ao contexto, às atividades definidas e aos interesses e capacidades dos grupos-alvo implicados no projeto?</p> <p>- A nível político (qual o impacto estrutural da ação - por exemplo: resultará em leis, códigos de conduta, métodos, etc. melhores?)</p> <p>- do ponto de vista técnico, social, cultural, ambiental e do género?</p> <p>Foram considerados pressupostos e acautelados riscos relevantes ou tidos em consideração outros condicionalismos externos?</p>		0%
Nota Total:	0/15	0%
Comentários:		

3. Metodologia - Adequação da proposta aos resultados pretendidos	Nota	
As atividades propostas são apropriadas, práticas e coerentes com os objetivos e os resultados esperados?		0%
A conceção da ação é globalmente coerente (nomeadamente, toma em consideração os fatores externos, analisa os problemas, antecipa a avaliação)?		0%
O nível de envolvimento e participação dos parceiros nas atividades é satisfatório?		0%
O plano de ação é claro e exequível? Em que medida os resultados têm correspondência com os recursos a mobilizar?		0%
A proposta inclui indicadores Objetivamente verificáveis , adequados para medir os resultados da Ação? A proposta inclui indicadores específicos para a componente ambiental? A proposta inclui indicadores sensíveis ao género e a desagregação por sexo dos dados (estatísticos e qualitativos)?		0%
Nota Total:	0/25	0%

Comentários:

4. Orçamento e relação custo-eficácia (Eficiência) - Em que medida os custos se revelam razoáveis para obter os resultados previstos.	Nota	
A relação entre os custos estimados e os resultados esperados é satisfatória?		0%
As despesas propostas são necessárias para a realização da ação?		0%
Nota Total:	0/15	0%

Comentários:

5. Capacidade Financeira e Operacional	Nota	
A entidade candidata e os seus parceiros têm experiência suficiente em gestão de projetos?		0%
A entidade candidata e os seus parceiros têm suficiente experiência técnica (nomeadamente conhecimentos das áreas em questão)?		0%

A entidade candidata e os seus parceiros têm capacidade de gestão adequada (nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos, equipamento, e do orçamento da ação)?		0%
A entidade candidata dispõe de fontes estáveis e suficientes de financiamento?		0%
Nota Total:	0/20	0%
Se a proposta obtiver uma nota total inferior a "Médio" (12 pontos) para a rubrica Capacidade Financeira e Operacional, a proposta deverá ser excluída pelo comité de avaliação. A grelha deve, no entanto, ser preenchida integralmente.		

Notas totais e recomendações	Nota
Pertinência/Relevância	Não cumpre os requisitos mínimos
Durabilidade/Sustentabilidade	0/15
Metodologia	0/25
Orçamento e relação custo-eficácia (Eficiência)	0/15
Capacidade Financeira e Operacional	Não cumpre os requisitos mínimos
NOTA GLOBAL	0/100

Grelha Preenchida por:	Data	
-------------------------------	-------------	--

ANEXO VIII – Mapeamento das Estratégias Setoriais da CPLP

Setor	Estratégias Setoriais	Reuniões Ministeriais 2015/2016/2017	Reuniões, Conferências e Congressos 2015/2016/2017	Programas Financiados por Portugal via Fundo Especial
Administração Interna		<ul style="list-style-type: none"> • IV Fórum de Ministros de Administração Interna, Díli, 13-15 abril 2015 • IV Reunião de Ministros do Interior e da Administração da CPLP, Díli, 26 outubro 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • XI Reunião do Conselho de Diretores Nacionais de Migração, Estrangeiros e Fronteiras, Díli, 23 outubro 2015 • Tratado sobre o Comércio de Armas, Cabo Verde, 18-19 julho 2016 	<ul style="list-style-type: none"> • Ação Pontual Tráfico de Seres Humanos
Administração Pública			<ul style="list-style-type: none"> • II Congresso Internacional de Compras Públicas, Luanda, 16-18 novembro 2016 • XXXI Reunião do Conselho de Diretores-gerais das Alfândegas da CPLP no âmbito do PICAT, Cidade da Praia, 22-25 novembro 2016 	
Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente (PECA), Maputo, abril 2014 	<ul style="list-style-type: none"> • VII RM Ambiente, abril 2016 	<ul style="list-style-type: none"> • I Congresso CPLP sobre Alterações Climáticas, novembro 2015 • 4.º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, 20 janeiro 2017 • I Conferência Internacional da CPLP 13-15 fevereiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Energia da CPLP

			2017	
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN), Maputo, julho 2012 	<ul style="list-style-type: none"> FANSAN II – ESAN da CPLP, 27/09/2015 RE CONSAN da CPLP, Díli, novembro-dezembro 2015 		<ul style="list-style-type: none"> Plataforma SKAN CPLP Promoção da Segurança alimentar nas cidades da CPLP através da Agricultura Sustentável
Assuntos do Mar	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia dos Oceanos da CPLP, março 2010 	<ul style="list-style-type: none"> IIRE MAM, 6 junho 2015 		
Assuntos Parlamentares			<ul style="list-style-type: none"> VI Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 5-7 abril 2016 	
Bancos Centrais	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Cooperação do Banco de Portugal com os Bancos Centrais dos PLP, 2017 (Ações Bilaterais e Multilaterais) 			
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respetivo Plano de Ação 2014-2020, Maputo, abril 2014 	<ul style="list-style-type: none"> X R MC, fevereiro 2016 		<ul style="list-style-type: none"> Programa CPLP Audiovisual
Desporto e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> Documento Estratégico para Juventude da CPLP: 2015 e além, Mafra, julho 	<ul style="list-style-type: none"> VIII RM JD, Maputo, julho 2015 Fórum Juventude, Bissau, 2º 		<ul style="list-style-type: none"> Portal Conexão Lusófona Semana da

	2012	semestre 2015 <ul style="list-style-type: none"> IX Conferência de Ministros da JD da CPLP, Ilha do Sal, 16-17 julho 2016 Fórum da Juventude CPLP, Díli, 9-12 novembro 2015 		Juventude <ul style="list-style-type: none"> Meninos de Rua: (inclusão e inserção)
Educação	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Cooperação no domínio da Educação da CPLP 2015-2012, Díli, 2015 Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação da CPLP 2015-2020 	<ul style="list-style-type: none"> I REM da Educação da CPLP, Díli, 17 abril 2015 IX RM da Educação da CPLP, Díli, 24 maio 2016 		<ul style="list-style-type: none"> Programa CPLP nas Escolas
Energia		<ul style="list-style-type: none"> I RM E, Cascais, 22-23 junho 2015 		
Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio Ciência e Tecnologia e Ensino Superior da CPLP 2014-2020, Maputo, abril 2014 	<ul style="list-style-type: none"> VII RM CTES, abril 2016 		
Economia		<ul style="list-style-type: none"> Fórum Empresarial, Díli, julho 2015 	<ul style="list-style-type: none"> 8.º Fórum das Comunicações da CPLP, Bissau, 15-16 fevereiro 2017 	
Finanças		<ul style="list-style-type: none"> IV RMF, fevereiro 2016 		
Igualdade de	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Cooperação para Igualdade 	<ul style="list-style-type: none"> IVRM RIGEM, 10 e 11 maio 2016 		

Gênero	de Gênero e o Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM), Julho, 2010			
Justiça		<ul style="list-style-type: none"> • XIV Conferência MJ PALOP, 19 junho 2015 		<ul style="list-style-type: none"> • Base de Dados Jurídica da CPLP
Obras Públicas		<ul style="list-style-type: none"> • IX R MOP, abril 2016 		<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia da CPLP • Manuais de Arquitetura Sustentável
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estratégico de Cooperação para a Saúde (PECS) 2009-2012, Maio, 2009 • Extensão até 2016, Maputo 2014 • Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP (RETS-CPLP), 2014-2017 	<ul style="list-style-type: none"> • R Informal MS, 2015 • IV RMS, Fevereiro 2016 		<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções de alto Impacto: saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)
Segurança Alimentar e Nutricional		<ul style="list-style-type: none"> • II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP, Brasília, junho de 2017 	<ul style="list-style-type: none"> • V Fórum das Inspeções de Segurança Alimentar e Atividades Económicas da CPLP, 2-3 novembro 2016 • III Conferência da 	

			Responsabilidade Social das Organizações da CPLP, Lisboa, 25 novembro 2016	
Segurança e Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade de CPLP no domínio de Defesa, STP, maio 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • XVI MD, São Tomé, 26 e 27 maio 2015 		
Trabalho e Assuntos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação TIBAR-2015-2017, Tibar, maio 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • XIII RM TAS, Díli, 27 abril a 1 maio 2015 		<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao Centro de Informação E proteção Social da CPLP (CIPS)
Trabalho Infantil		<ul style="list-style-type: none"> • V Reunião dos Pontos Focais do Trabalho Infantil da CPLP; Lisboa, 27 janeiro 2016 • VI Reunião dos Pontos Focais do Trabalho Infantil da CPLP, Lisboa, 29 agosto 2016 	<ul style="list-style-type: none"> • IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, Argentina, novembro de 2017 	
Turismo		<ul style="list-style-type: none"> • VIII RM T, Díli, 17 julho 2015 • IX Reunião dos Pontos Focais de Turismo da CPLP, Lisboa, março 2017 		<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação de Díli (2015-2017)
Presidência Conselho Ministros Modernização administrativa Estatística				<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e

				<p>Timor-Leste</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública
--	--	--	--	---